

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO
E PLANEJAMENTO (CFOP)**

29.05.2019

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO
E PLANEJAMENTO (CFOP)**

29.05.2019

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Boa tarde a todos, havendo número regimental declaro aberta a segunda reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento na primeira sessão legislativa da 19ª Legislatura, convocada com a finalidade de ouvir o Sr. Henrique Meirelles, secretário do Estado da Fazenda e do Planejamento que irá prestar contas, cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre do exercício de 2018, conforme previsto no parágrafo quarto do artigo 9º da lei complementar número 101 de 4 de maio de 2000. Solicito à secretaria a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sr. Presidente, antes de iniciarmos esta reunião.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - É a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Então desculpa, assim que tiver a leitura da Ata.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Presidente, gostaria de pedir dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Então deputado Paulo Fiorilo, então seguindo a deputada Carla Morando, é regimental, está dispensada

a leitura da Ata da reunião anterior. Quero registrar a presença dos nobres deputados: Castello Branco, deputado Paulo Fiorilo, deputada Carla Morando, deputado Estevam Galvão, deputado Dirceu Dalben, vice-presidente desta Comissão, deputado Ricardo Mellão – se encontra presente? –, deputado Alex de Madureira, deputado Carlos Giannazi acaba de chegar, e este presidente Wellington Moura.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sr. Presidente, eu gostaria, antes de iniciarmos esta reunião extraordinária, se o senhor pudesse esclarecer este deputado sobre dois aspectos. O primeiro é que nós estamos em maio de 2019 e a lei de responsabilidade fiscal, artigo que o senhor citou, nós deveríamos estar aqui discutindo o primeiro quadrimestre de 2019. Porque, como o senhor sabe, maio, fevereiro a gente deveria ter feito uma reunião da Comissão com o secretário, maio, agora, para discutir o primeiro quadrimestre, e setembro para discutir o quadrimestre seguinte. Eu queria saber por que nós estamos fazendo o debate sobre o quadrimestre de 2018, aliás, o primeiro quadrimestre. Eu vou fazer as três porque o senhor já responde.

Segundo, se nós vamos discutir 2018, eu queria entender que nós vamos ainda convidar o secretário para discutir o segundo, o terceiro e o primeiro, e se o senhor já pensou qual é o calendário, porque nós estamos começando atrasado. Se a gente devia discutir 2019 agora o primeiro quadrimestre, nós temos um ano atrasado. Então eu queria saber.

E por fim, Sr. Presidente, parece-me estranho, porque primeiro, o secretário Meirelles assumiu em janeiro deste ano, não estava no Governo em 2018, não sei se compactou com aquilo que os secretários anteriores fizeram, tanto o secretário Marcos Antônio Monteiro, como o secretário Maurício Pinto Pereira Juvenal. E eu queria ouvir do secretário, pelo menos, se há acordo naquilo que foi feito e que vai ser apresentado. Porque, senão, nós vamos prestar contas de 2018 de um secretário que tem uma visão oposta àquilo que foi feito pelo Alckmin e pelo Márcio França.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB – Primeiramente, registrar a presença do deputado líder do Governo, Carlão Pignatari, deputado Roberto Engler, também faz parte dessa Comissão, está presente. Deputado Paulo Fiorilo, primeiro quadrimestre não houve quórum, no segundo quadrimestre como no terceiro que o secretário também quis vir aparecer, não havia dado quórum e devido a isso não houve a Comissão. Quando foram apresentar, os chefes de gabinetes, foram apresentar o terceiro quadrimestre, como os outros quadrimestres, este presidente não aceitou que os chefes de gabinete fossem apresentar os documentos. Devido, eu me responsabilizo em dizer, que eu não aceitei, porque na minha concepção quem tem que estar aqui presente é o secretário, e não possa ser chefe de gabinete ou qualquer outra pessoa que poderia estar presente sem antes uma breve comunicação para este presidente. Vou deixar registrado.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Só para terminar, deputado, eu já passo a palavra a Vossa Excelência. Em 2018...

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sobre os próximos quadrimestres.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Sobre os próximos quadrimestres. Vamos organizar de forma que todos os deputados aqui possam estar de acordo, para que possa vir o secretário e fazer as apresentações restantes, do segundo, do terceiro e do primeiro quadrimestre deste ano.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Vamos, no momento oportuno, apresentar isso. Pela ordem, deputado Carlão Pignatari.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu cheguei aqui para ouvir o deputado Paulo Fiorilo, e dizer, deputado, que eu questionei o presidente da Comissão, que eu achava que o Dr. Meirelles tinha que vir aqui hoje e apresentar todo o exercício de 2018. Para que na próxima vinda já apresentasse o primeiro quadrimestre. Ele me

disse que não é assim que é o Regimento Interno da Casa. Agora eu disse a ele que eu acredito que na próxima vinda, se houver uma maioria aqui dos deputados que concordem, porque nós não temos – o Dr. Meirelles vai apenas apresentar os números que estão na Transparência. Ele não participou do Governo, ele não sabe o que foi feito. Então ele vai passar isso. Se houver uma anuência da maioria dos deputados presentes, na próxima ele poderá vir e apresentar e encerrar, e acabar com isso daqui para trás e começar a fazer os quadrimestres de 2019, que é o que interessa a todos nós.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Eu gostaria de deixar registrado que se nós formos ficar dando pela ordem para todos os deputados que pedirem, o secretário não vai apresentar o primeiro quadrimestre do ano de 2018. Vai chegar daqui a pouco a ordem do dia, esta Comissão vai simplesmente acabar e o secretário não vai prestar contas. Então, deixar registrado que agora nós vamos ouvir o secretário, respeitando o deputado Fiorilo, o deputado Giannazi, todos que estão aqui presentes. Vamos ouvir primeiro o secretário e depois eu vou abrir para que os deputados possam usar do seu tempo regimental: os da Comissão serão dez minutos e os deputados que não fazem parte da Comissão serão cinco minutos para fazer perguntas e assim obter a resposta do secretário. Então quero deixar a palavra nesse momento, deputado. Se eu abrir para o senhor e vou ter que abrir para todos, deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - É um pedido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - É para mim o pedido?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - É para o secretário. É um minuto só.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Então no momento, na hora que você tiver o deputado eu dou esse aparte para o Senhor, acabei de pedir, de falar, porque senão vou ter que dar para todos, questão até de respeito aos

outros deputados. Então vamos utilizar esta Presidência de forma correta, que todos poderão no momento oportuno falar.

Então, secretário, primeiramente agradecer a V. Exa. por receber o pedido deste presidente e também de todos os parlamentares, estar aqui presente para trazer o cumprimento das metas fiscais de 2018. E agradecendo pela sua vinda. Sabemos da sua responsabilidade, sabemos o quanto esses primeiros quadrimestres que estão começando agora são de se avaliar, de se entender, e trazer um grande sucesso para o estado de São Paulo. Então agradeço a vinda do senhor e vou deixar então a palavra pelo tempo regimental para que V. Exa. possa trazer os esclarecimentos. Obrigado, secretário.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Em primeiro lugar eu gostaria de dizer que é uma honra, uma satisfação enorme estar aqui, a primeira vez que eu tenho oportunidade de participar aqui nos trabalhos desta Comissão. Não há dúvida de que é uma ocasião para mim de muita relevância, eu terei grande satisfação, se como for indicado pelo presidente e pedido dos demais nós possamos na próxima vez já fazer o segundo e o terceiro quadrimestre de 2018 e o primeiro de 2019, e a partir daí entrarmos no ritmo de atualização, tenham segurança de que aqui virei e farei aquilo que for pedido pela Comissão.

Eu acho importante nós entendermos um pouco a questão do que estava acontecendo no Brasil, em São Paulo e nas contas fiscais do Estado. Acredito que é a melhor maneira de eu colaborar para a melhor compreensão de todos. Porque, como foi enfatizado, como eu não estava aqui e eu não estava perto da gestão da Fazenda nesta oportunidade, primeiro quadrimestre de 2018, já estava muito ocupado lá em outros assuntos do Ministério da Fazenda, então eu acho melhor eu dar uma visão geral do País, do reflexo disso para São Paulo e como São Paulo, Estado, se colocou e depois como a arrecadação e despesas fiscais de São Paulo se desempenharam nesse período.

Vamos começar. Em primeiro lugar, nós vamos analisar a evolução recente do PIB brasileiro. Nós vamos ver – isto aí é uma comparação entre um trimestre e o mesmo trimestre do ano anterior, nós vamos ver como atingimos ali um crescimento forte, saímos de um crescimento forte em 2010, caiu um pouco, voltou a se sustentar e depois houve uma queda muito forte atingindo uma recessão a ponto de nós termos uma retração, uma queda de produto de mais de 5% aqui em maio de 2016 comparado aqui com maio de 2015. Houve uma recuperação muito forte se nós olharmos ali no final de

2017, compararmos com final de 2016 nós vamos ver um crescimento de mais de 2%, mas temos que levar em conta que saímos de menos cinco para mais dois, então a diferença de 7% aí de recuperação, é uma recuperação muito forte em que eu participei diretamente disso estando na época no Ministério da Fazenda.

Posteriormente entramos no ano de 2018, isto houve um refluxo, eu gostaria de chamar também a atenção para isso, e as arrecadações fiscais, elas obedecem um pouco a um ciclo que se chama de defasagem. Isto é, elas refletem um pouco aquilo que aconteceu em trimestres anteriores. Então esta é a evolução a partir daí, há uma acomodação, digamos, em num patamar de crescimento baixo da economia brasileira em função, principalmente, de confiança, de expectativa, de uma série de coisas, e de agora incerteza ou expectativa – talvez seja a melhor palavra em relação à questão da reforma da Previdência e outras reformas estruturais.

E nós vamos ver aqui duas demonstrações importantes que é importante para o Brasil, é importante para São Paulo, para qualquer economia. Como o índice de confiança na economia é fundamental para que o País cresça ou não. E nós vemos aí uma queda muito forte da confiança – de diversas maneiras de medir a confiança –, como ela cai e chega aqui no início de 2016 num patamar de fato muito baixo. E isso é que justificou, foi a causa principal de toda a queda na economia brasileira. Posteriormente, ela começou a se recuperar, recuperando aí de uma forma constante, sólida, forte, até o início aqui de 2018, depois voltou a cair, principalmente pelas incertezas do período eleitoral e está ali numa fase de uma certa estabilização, digamos. Depois disso caiu um pouco durante esse período, mas ainda está em patamar bem mais alto do que estava nos anteriores.

À direita, nós vamos ver o CDS Brasil. O que é o CDS Brasil? O CDS Brasil é um índice que mede o risco-país, em última análise reflete na taxa de juros, no custo de financiamento do Tesouro nacional, do Tesouro estadual, para as empresas e para as pessoas físicas também. O Brasil teve um período de grande preocupação, risco considerado muito elevado até aí aquele período de 2015 etc., e depois caiu, e nós tivemos, portanto, uma melhora substancial até janeiro de 2018 e, posteriormente, houve esta subida durante o corredor até as eleições e depois das eleições isso voltou a acomodar um pouco, no índice.

Aí é o contrário, quanto mais baixo melhor, porque o risco muito alto é custo alto, é juro elevado, isso aí se reflete diretamente na taxa de juros. Então caiu aqui até janeiro de 2018, foi bom, veio caindo lá desde 2015, 2016 até 2018, significa que ficou

bom, foi melhorando, tanto que a confiança do lado esquerdo subiu; o risco desceu, voltou a subir no início de 2019, o que foi um período de uma certa preocupação dos agentes econômicos e depois voltou a cair de novo para esse patamar. Vamos em frente.

Se nós olharmos agora do ponto de vista de novo do federal, nós vamos dizer que o crescimento depende da continuidade da agenda de reformas, não tem dúvida. O pressuposto é uma sustentabilidade nas contas públicas; no ritmo que vão hoje são insustentáveis. Nós tivemos déficit primário já por cinco anos seguidos, e uma elevação da dívida que cresceu mais de 25% o equivalente do PIB. E aí eu queria chamar a atenção exatamente para a curva da direita que é mais importante, que é o crescimento da dívida federal. “Mas por quê? Isso é governo federal, não interessa.” Interessa, porque isso influencia tudo, todos os que estão no Brasil, todos os brasileiros e todos os estados, inclusive o estado de São Paulo, fortemente, porque a atividade econômica aqui é diretamente relacionada a índices também de taxa de juros etc., e quanto maior a dívida, quanto maior a incerteza federal isso reflete, sim, aqui no estado de São Paulo.

Continuando agora para a gente terminar essa visão mais geral do Brasil, se não houver reformas fundamentais, particularmente a Previdência, nós vamos ter em vermelho a subida da dívida, em verde até agora o que de fato aconteceu, ela subiu desde 2013 a 2018, grande parte disso é despesa de Previdência e ela continuaria a subir, continuará a subir, caso não seja aprovada a reforma, chegando a mais de 100% do Produto Interno Brasileiro, o que é insustentável.

Correríamos o risco de ir para uma situação do tipo da Grécia, do tipo de Portugal que quebraram, ou alguns países latino-americanos, portanto, é muito importante essa provação, e aí nós entraremos nessa trajetória, que aí está em laranja, que é uma queda gradual da dívida, ao invés de subir. Isso beneficia a todos os brasileiros, todos os brasileiros que tomam crédito, que precisam de emprego, na medida em que a dívida esteja mais baixa, o Tesouro também paga menos, o Tesouro do Estado, o Tesouro federal etc.

E, portanto, é um equilíbrio fundamental para o País a evolução da dívida pública federal e estadual. Aqui nós vamos ver o gasto previdenciário, que está subindo sistematicamente, e nós temos aqui, portanto, uma evolução onde o gasto do regime geral, isto é, a Previdência, para o trabalhador urbano e rural etc., é 43% do total do orçamento federal, aí foi em 2018.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Desculpe-me o senhor.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Duas dúvidas, nós recebemos aqui um texto sobre o relatório fiscal, eu não tenho essas lâminas, eu nem sei quanto tempo o senhor vai gastar com elas, mas como o senhor tem um tempo exíguo de 20 minutos, eu estou preocupado porque a gente tem aqui pelo menos uns sete, oito deputados que vão fazer perguntas. Então, eu já entendi a importância que o senhor apresentou agora, eu só queria saber qual é o tempo que a gente ainda vai ter sobre Previdência, sobre.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Eu diria que mais alguns três a quatro minutos, não sei se isso é acessível.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu queria pedir para o presidente fazer essa mediação, nunca é excesso ouvir o ministro, agora nós temos um debate específico aqui que é fundamental para o senhor poder vencer o atraso que existe.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Secretário, eu pediria assim cinco minutos para que V. Exa. pudesse.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Ah, está ótimo.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Por favor. Obrigado.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Então nós vamos, aqui é uma perspectiva de crescimento do Brasil que depois vai ficar claro agora, no slide seguinte, na projeção seguinte por que isso é importante para nós em São Paulo, é importante inclusive para a questão fiscal.

Aqui é a perspectiva de crescimento do Brasil com a aprovação da reforma, vai estar crescendo a uma média de 2,5% ao ano nos próximos anos. Agora entra no ponto

exatamente que nós estamos dizendo; em azul, nós temos o crescimento de São Paulo comparado em vermelho com o crescimento do Brasil. Por que o crescimento do Brasil, tudo que eu falei é importante? Exatamente porque o crescimento de São Paulo como o crescimento de qualquer Estado brasileiro está diretamente relacionado ao crescimento do País. E o crescimento da arrecadação é diretamente relacionado ao crescimento no Estado. Então, não adianta nós olharmos os números só e dizer: “Olha, subiu tanto, a arrecadação desceu tanto”, e vamos ficar discutindo aqui sem saber o porquê. Mas isso está diretamente relacionado.

Nós vamos ver que São Paulo tem um histórico de crescimento superior, um pouquinho superior à média nacional, caiu essa diferença, ficou praticamente igual à média nacional aqui de 2014 a 2016, principalmente porque houve uma queda da indústria muito grande nesse período, São Paulo é o Estado que tem uma participação da indústria grande, e na recuperação em seguida São Paulo voltou a crescer um pouco acima da média nacional. E a nossa previsão, o nosso esforço, o nosso trabalho é que exatamente São Paulo passe a crescer cada vez mais, inclusive, acima da média nacional, que terá um efeito direto na recuperação fiscal dos Estados

Nós vamos olhar agora, nós vamos ver que nos últimos dois anos de fato São Paulo tem crescido mais do que a média nacional, 2018, por exemplo, cresceu 1,6% contra 1,1% do Brasil e 2017, 1,5% versus 1,1% no Brasil. E nós temos uma expectativa de que essa diferença possa então estar aumentando nos próximos anos.

Muito bem, agora, se nós olharmos aqui a questão específica – agora comparando previsões dos indicadores do Banco Central – nós vamos ver que São Paulo, isso para os próximos, digamos, olhando os últimos 12 meses e olhando já um trimestre fechando aqui, e já em 2019, nós vamos ver que São Paulo, na indústria, caiu um pouco mais do que o Brasil, caiu 0,9%, portanto, é exatamente a razão que nós vamos discutir, porque São Paulo está fazendo um esforço muito grande de recuperação da indústria de São Paulo, a indústria automotiva e outras, também mesmo hortifrutigranjeiros, uma série de ações, mas em compensação o varejo cresceu, o varejo ampliado cresceu e os serviços cresceram fortemente em São Paulo, porque São Paulo também é o grande centro prestador de serviços do País. Portanto, isso fez com que a média de São Paulo, o crescimento de São Paulo, se distanciasse novamente da média nacional, chegando a 1,7%, com a média nacional a 1,1%.

Temos uma agenda pró-competição de abertura do mercado para a entrada de capital privado, investidores nacionais e internacionais por duas razões aqui. Em

primeiro lugar, a prestação de um melhor serviço, seja trem, seja metrô, seja estrada, seja energia, gás etc., mas também por uma questão fiscal, porque nós temos que ter condições de fazer investimento e isso vai gerar arrecadação através de concessões etc., trará arrecadação para o Estado com efeito fiscal direto, além da questão do crescimento e do serviço a ser prestado à população.

Então existe uma agenda já grande de concessões de diversas linhas do Metrô 8, 9, trens urbanos, estradas, até já foi anunciado ontem o Monotrilho lá para ligar o Aeroporto de Guarulhos, e aeroportos regionais, 22 aeroportos regionais, o porto de São Sebastião, água e esgoto, prevendo investimentos de 3,8 bilhões – equivalentes em dólar –, equivalentes há quase 14 bilhões de reais, mesmo investimento em prisões, e uma concessão muito importante da Arena do Ibirapuera; construção de uma arena ali para 20 mil pessoas, é muito importante.

Isso gerando receita para o Estado ao invés de despesa, por isso que eu estou enfatizando isso, é uma agenda – é evidente que na medida que tem a outorga da concessão, o capital privado investe, e o Estado arrecada ao invés de gastar. E além do mais prestam serviço à população.

Muito bem, então nós temos aqui esse programa de concessões de presídios, rodovias, aeroportos e infraestrutura. Agora, é muito importante mencionar que nós estamos inseridos no País. Então a aprovação da reforma da Previdência, principalmente, e outras reformas pelo Congresso Nacional, vai abrir espaço para muito mais investimento no Brasil, e em São Paulo em particular, que é o Estado que está crescendo mais do que a média nacional.

Então, finalizando esta parte, a ideia é de apoio à modernização da indústria de São Paulo, e os números – eu mostrei os números exatamente para mostrar por que isso é necessário, não é simplesmente ficar falando de número isolado, como se a questão fiscal fosse isolada do País e da economia, não. Está inserido no País e na economia. Então é apoio à indústria de São Paulo sem abrir mão da responsabilidade fiscal e poderemos também falar sobre isso seguida.

Vamos agora à apresentação dos resultados fiscais. Agora estamos falando estritamente do primeiro quadrimestre de 2018, e eu, de novo, isso foi mencionado aqui e enfatizado pelos senhores, eu evidentemente parei para analisar esses números, com toda a responsabilidade e atenção etc., para poder lhes dar a melhor interpretação possível, mas evidentemente que eu não estava aqui e eu não participei diretamente da gestão fiscal daquele período. Por isso é que nós estamos discutindo aqui exatamente

para fazer tudo o que falta ser feito para que possamos logo já discutir esta gestão. Espero que nas próximas vezes possamos chegar lá.

Se nós olharmos, por exemplo, 2018, as receitas correntes do primeiro quadrimestre comparado com 2017, por exemplo, subiu de 67 para 73 bilhões de reais, receitas totais, 69 para 74. Uma diferença de quatro bilhões e 600, uma variação total de 6,7, e se nós tirarmos a inflação disso, nós vamos ver que houve aqui um crescimento real de 3,8%. O que é o crescimento real? O crescimento acima da inflação, portanto, é esse o quadro geral, e podemos voltar a ele se necessário.

Vamos olhar um pouco agora as receitas correntes. Subiu do primeiro quadrimestre de 2017 para o primeiro quadrimestre de 2018 de 67 para 73 bilhões de reais, portanto, há um crescimento aqui de 5,5 e um crescimento nominal de 8%, e crescimento real, descontada a inflação, de 5,2. As receitas tributárias cresceram de 54 para 58, uma diferença de quase quatro bilhões, 3,975, e uma variação de 7,3%, e um real de 4,4%. Houve, portanto, um crescimento, sim, sobre 2017 aqui.

O ICMS cresceu quatro bilhões 400 e pouco, de 40 bilhões e 800 para 44, um crescimento de 7,7% e real de 4,8. O IPVA cresceu também, 655 milhões de reais, de 10,7 para 11,4 e o ITCMD, também imposto de sucessão etc., doações etc., cresceu de 550 para 670 – um crescimento substancial de 20%, mas é um imposto evidentemente que tem variação muito grande, porque é um imposto menor, depende um pouco de variações, de fornecimentos etc. etc. E outras receitas tributárias em geral houve pequena variação. Contribuições – são, por exemplo, as contribuições de Previdência e etc. dos funcionários, dos servidores públicos – cresceu um pouco, cresceu 3,9% – 1 bilhão e 800 milhões para 1 bilhão e 900 milhões, 1,1% de crescimento real.

A receita patrimonial, que foi a receita das empresas independentes e não dependentes, transfere essas correntes aqui, principalmente, quase praticamente tudo do governo federal – constitucionais e etc. – e deve dar mais receitas. Aqui são as receitas agropecuárias e etc., e outras multas, juros, juros de mora, dívida ativa e etc., privatizações, concessões e etc., e receita desvinculada. Portanto, é esse o quadro.

Se nós olharmos agora o ICMS, que é evidentemente o fator, o item mais relevante, nós vamos ver, olhando aqui desde 1995 para termos aqui uma visão geral – e certamente o desempenho aqui do primeiro trimestre (quadrimestre, desculpe) de 2018 – , nós vamos ver aqui como a indústria é o ponto que eu estava mencionando, isso é fundamental para o estado de São Paulo aqui, que é a linha azul pontilhada, como ela vem caindo sistematicamente: ela caiu de 53,6% lá em 1995 para hoje 33%. Agora,

“Está bom, mas caiu lá atrás etc.”. Não. Nos últimos anos, se nós olharmos aqui a partir de 2013, está caindo sistematicamente, inclusive caindo um pouquinho aqui nos últimos anos ainda de 2016/2017. Então nós temos aqui um patamar de 33% que é a arrecadação da indústria dentro do ICMS.

Nós temos o item que mais cresce aqui, é exatamente Comércio e Serviços – saiu de 21,8% para 38%. Portanto, esse é o que vem crescendo muito, porque não há dúvida de que São Paulo é o grande centro nacional de prestação de serviços – serviços financeiros e outros de todas as sortes, todos os tipos de serviço em São Paulo, jurídico, médico e etc., então tudo isso gera esse aumento substancial. E temos aí preços administrados – que é o gás, gasolina e etc. – que estão mais ou menos estáveis, com oscilações nos últimos anos, mas na realidade se olharmos lá trás cresceu, se compararmos a um ano específico. Mas mais ou menos estamos no patamar – no final da década 1990 subiu, caiu, e está mais ou menos estável aqui desde 2009 por aí, com o percentual da arrecadação do ICMS aqui em São Paulo. Mas é arrecadação do ICMS por setor econômico.

Se nós olharmos agora a receita de capital, houve uma queda aqui de 2017 para 2018 – de 1 bilhão e 900 milhões para 940 milhões. Primeiro, porque aqui, quando o Estado toma empréstimo, principalmente do governo federal, que é a maior fonte, isto é considerado uma receita para esse efeito aqui, técnico. Então houve uma queda de 320 milhões aqui e também uma pequena queda na alienação, houve uma solicitação maior de empréstimo. Transferência de capital das empresas não dependentes também diminuiu, e houve uma queda grande de outras receitas de capital, principalmente em ingresso de recurso dos depósitos judiciais – houve uma queda bastante substancial desse item.

Se nós olharmos agora as despesas totais – passando para o próximo então –, nós vamos ver que as despesas correntes subiram de 58 para 62 bilhões de reais – um aumento de quatro bilhões de reais, há uma variação nominal de 7,1% e 4,2% de variação real. Nós temos aqui despesas de pessoal e encargos na realidade subindo menos do que a média – ela subiu nesse período 2,5% nominal, caiu um pouquinho até em termos reais, e subiu de 26 para 27 bilhões de reais – 26,5 para 27,20.

Juros e encargos da dívida aumentaram aqui de uma forma importante, onde houve aqui uma diferença de 988 milhões de reais. Mas, antes que haja muita dúvida a respeito de por que há um salto aqui nos juros e encargos da dívida, eu gostaria de mencionar – e aí eu tive a oportunidade de participar disso diretamente na época lá no

governo federal – por quê? Porque isso aqui foi resultado da renegociação da dívida dos estados com a União, onde é uma discussão que vinha desde 1997 e eu consegui concluir em 30 dias essa negociação, em junho de 2016. Isso teve um impacto importante no final de 2016/2017, que foi aqui um período de carência nos pagamentos de empréstimos de juros mais baixos aí nesse período. Em 2018, no entanto, a partir principalmente do segundo semestre, houve uma retomada dos pagamentos e etc. Na medida em que terminou o período de carência, então houve já esse aumento substancial e importante.

Os outros itens podem descer etc. Despesa de capital. Muito bem. Nós temos aqui um momento moderado, apesar de que é de 21%, mas moderado no valor de dois bilhões e 600 milhões para 3,1 bilhões. Investimentos, caiu um pouquinho e nós tivemos, portanto, houve certa queda de investimento direto feito pelo Estado. Inversões financeiras do Estado nas companhias caíram um pouquinho nas companhias estaduais.

As inversões financeiras aqui com parte disso estão aqui no número bastante próximo disso, exatamente igual a 2018, que é o que nós estamos discutindo aqui. E a amortização da dívida exatamente pela mesma razão: subiram os juros, subiu também a amortização da dívida em 2018 – principalmente no segundo semestre de 2018, que terminou o período de carência. Portanto, a despesa total subiu de 60 para 65, e nós tivemos, portanto, um aumento de 7,7% – um aumento descontado a inflação de 4,7 – versus uma receita total, portanto, que subiu de 69 para 74, subindo, portanto, um pouquinho menos do que as despesas, mas muito próximas – as despesas subiram 4.663 e a receita 4.658 (6,7% de aumento e 3,8%).

Passando para o seguinte, investimentos. Nós tivemos, sim, uma queda de investimentos de 2017 para 2018 – estamos falando do quadrimestre. Dados acumulados do primeiro quadrimestre: de 1.300 para 1.100, uma queda aqui de 14%. Inversões financeiras primárias, que são as inversões das empresas estatais, de 558 para 418. E empresas estatais não dependentes, por outro lado, aumentaram esse investimento – não dependentes, tipo Sabesp e etc., aumentaram pouco esse investimento. Então nós tivemos um total de investimentos saindo de dois bilhões e 700 milhões para 2,4 bilhões de reais – uma queda de 9,6%. Isso aqui é resultado, evidentemente, de toda a recessão que o Brasil passou e que numa certa defasagem atingiu aqui o estado de São Paulo. Mas é importante mencionar – e eu vou mencionar isso em seguida – exatamente, qual é a questão, principalmente, do impacto previdenciário.

Para nós entendermos a questão do investimento nós temos que entender as outras despesas. Uma importantíssima é o aumento das despesas da Previdência, isso é incontornável, não é controlado pelo Executivo, então é norma constitucional. Portanto, se nós passarmos agora o investimento total do setor público, vamos ver aqui qual é a composição disso. Se nós olharmos aqui em 2018, vamos ver, de 2,5 bilhões, 1,1 Tesouro, operações de crédito 500 milhões, estatais não dependentes, portanto, 900 milhões, dá nesse total de 2,5 bilhões. E de novo nós temos aqui realmente uma queda a partir de um pico de 2014 e que veio caindo. Agora, aqui é ainda – foi ainda, estamos falando do ano passado – um patamar superior a 2011, 2012 e 2013, por exemplo. Menor do que 2010 e um pouquinho maior já do 2009. Então é esse o quadro de uma evolução dos últimos anos para nós situarmos o que aconteceu no primeiro quadrimestre de 2014, senão nós ficamos discutindo número sem muito sentido.

Passando, chegamos ao ponto que eu estava mencionando e que é fundamental na finança do Estado, que é a questão do regime próprio de Previdência dos servidores públicos. Nós vamos ver a composição das despesas aqui. Se nós olharmos aqui agora o dado acumulado anual, para nós termos uma visão geral disso, nós vamos ver que o total foi de 34 bilhões de reais, total de despesas; e as receitas, a contribuição do servidor, foi 4,7, em azul; contribuição patronal 7,2; dois bilhões e 100 milhões no âmbito de petróleo aqui em rosa claro; e 19,77 bilhões de reais são aportes do Tesouro estadual. Portanto, isso mostra claramente o impacto aqui da Previdência e o regime próprio dos servidores públicos nas finanças do Estado.

Nós tivemos praticamente, só o ano passado, cerca de 20 bilhões de reais. Portanto, nós favorecemos, sim, que a reforma da Previdência estadual seja incluída na reforma federal. Mas isso é outra discussão, inclusive porque, se não for, vai caber a esta Assembleia Legislativa discutir esse assunto proximamente. Vamos aguardar o que acontece lá na Constituição Federal.

Falando agora da Previdência complementar, isso aqui é um dado interessante porque nós temos a evolução da previdência patrimonial, da SPPREV, com o número de participantes chegando já a 21 mil servidores, 258 já aqui aposentados, a taxa de adesão é de 70%, isto é, todos aqueles que estão entrando já dentro das novas regras estão aderindo à Previdência complementar. Em abril de 2018 era cerca de 896 milhões o patrimônio, agora, evidentemente, é um pouco mais, cerca de um bilhão e 200 milhões. Mas esta é a evolução do patrimônio da Previdência, do fundo de Previdência complementar do estado de São Paulo.

Vamos em frente. Se nós olharmos agora o balanço orçamentário de 2018 – de novo, dados do primeiro quadrimestre –, receitas totais, portanto, 74, corrente, 73, 914 receita capital, como eu já mostrei, 65% é a despesa total, corrente 62 e etc., com o resultado, portanto, orçamentário de 8,1 bilhões de reais – 88% das receitas totais. Portanto, este é o balanço orçamentário dos últimos anos desde aí 2008, onde como evolui aí o balanço orçamentário do primeiro trimestre – evidentemente o primeiro trimestre, em termos sazonais, é favorável em termos de receita, mas é essa a maneira como tem evoluído nos últimos anos.

Vamos falar agora da dívida estadual, isso aqui é muito importante por causa do tema fundamental aqui, que é a questão dos limites, o que é o percentual da receita líquida. A dívida consolidada no primeiro quadrimestre foi de 298 bilhões de reais, contratual – 275, desses 298, imobiliária – não tem, precatórios – 23. Então nós temos aqui deduções – 44, disponibilidade de caixa – 31, haveres financeiros – 16, restos a pagar processados em 3,40. Portanto, nós temos aqui uma dívida consolidada líquida de 253 bilhões de reais no primeiro quadrimestre de 2018. E 162,9% foi na receita corrente líquida. Eu gostaria de mencionar que existe, obviamente, um limite máximo legal para isso, que é 200%, portanto, está enquadrado no limite e isto é a mensagem, talvez, mais importante aqui. E uma diferença em relação ao limite que subiu de 44 no anterior, em 2017, para 57 em 2018 – no final do primeiro quadrimestre de 2018. Portanto, essa é uma relação fundamental porque o limite máximo aqui é 200%.

Se nós olharmos aqui nos últimos anos, nos últimos 20 anos, nós vamos ver que essa receita, essa dívida consolidada com o percentual da receita tem estado dentro do limite praticamente aqui desde 2005. Subiu um pouquinho em 2016, resultado da recessão. Portanto, é importante entender exatamente isso, como eu mostrei: 2014, 2015 e 2016 foram a recessão. Depois, o País começou a se recuperar e São Paulo então começou a ter uma receita líquida maior, portanto, a dívida passou a responder por um percentual menor, ficando um pouco mais distante do limite de duas vezes – que é o limite legal.

Vamos agora discutir um pouco a questão das despesas de pessoal. Poder Executivo, em primeiro lugar: despesa bruta é o valor de 71 bilhões de reais, que é 46% da dívida bruta. E agora vem aquele ponto que eu mencionei. Primeiro quadrimestre de 2018 – ou na realidade aqui dados acumulados de 12 meses para dar uma visão melhor –, mas nós temos aqui o seguinte: 41 bilhões é o valor dos servidores ativos, e quase 30 milhões, praticamente 30 milhões, dos inativos e pensionistas. E terceirização, zero.

Então, o que nós temos aqui? Nós vamos notar que 26% do percentual da receita líquida é servidor inativo – ativo – e 19% inativo. Portanto, nós temos aqui – e uma evolução grande dos inativos, esse é o ponto mais, digamos assim, relevante. As deduções é demissão, e inativos e pensionistas com recursos vinculados.

Portanto, nós temos aqui o total da despesa líquida com pessoal de 42,36% – e o limite prudencial é 46,55 com relação ao Tribunal de Contas e 49% o limite máximo. Portanto, nós temos aqui de novo, tivemos aqui um enquadramento do valor das despesas de pessoal com o percentual da receita líquida, que é um item importantíssimo da lei da responsabilidade fiscal.

Evoluindo agora, passando para despesas de pessoal de todos os poderes. Nós vamos ver aqui – o Executivo em cinza e os demais poderes em azul –, nós vamos ver como isso evolui aqui no correr do tempo e como inclusive houve uma queda como percentual da receita corrente líquida. Isso aqui é um problema grave em alguns outros estados brasileiros em que a despesa com pessoal extrapola o limite legal da lei da responsabilidade fiscal e isto gera problemas gravíssimos – os estados, inclusive tem diversos estados que estão aí com problemas fiscais graves, os governadores declarando estado de calamidade financeira etc. etc. Então isso aqui é um dado também da maior relevância.

Vamos agora falar um pouco das operações de crédito naquele período, de janeiro, portanto, a abril de 2018. Tivemos aqui a modernização da estação da Linha 8 – Diamante, implantação da Linha 13 – Jade da CPTM, empréstimo do BNDES, e aí vamos lá. Para o Estado, a construção de complexos hospitalares; no Metrô a Linha 17 de Congonhas da rede metroviária – também aqui da Caixa Econômica Federal, um valor menor. BNDES Linha 5; unidades prisionais também do BNDES; programa de modernização de rodovias e etc.; a Empresa Metropolitana de Transporte Urbano aqui da Caixa Econômica – um valor pequeno; externas – nós tivemos aqui o projeto do Rodoanel, trecho norte; investimento rodoviário no estado pelo DER; Linha 5 do Metrô Largo Treze-Chácara Klabin; fortalecimento da gestão na Saúde; Linha 4 Amarela. Nós vamos ver então todos – Várzea do Rio Tietê e etc.

Nós vamos ver que esses empréstimos são constituídos basicamente ou pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento – ou pelo BIRD, que também é uma agência do Banco Mundial. Portanto, são bancos regionais da América Latina ou do Banco Mundial, mas basicamente bancos de âmbito regional, latino-americano, que são bancos internacionais e que fizeram essas operações. São bancos evidentemente para

estatais. Então basicamente é esse o quadro, o resumo da situação fiscal do primeiro quadrimestre de 2018.

E eu, atendendo aí inclusive o que eu acredito que o desejo também os Srs. e Sras. deputados, espero que nós possamos de fato na próxima reunião passar logo pelo segundo e terceiro quadrimestres de 2018 para podermos chegar logo em 2019 e aí eu começar a falar um pouco sobre o que nós estamos fazendo, de fato, na nossa gestão. Mas aqui eu espero ter demonstrado da melhor maneira possível para quem está olhando de fora o que foi feito na época, aquilo que foi a situação fiscal do Estado há um ano atrás. Obrigado.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Eu gostaria de deixar registrada a presença do deputado Sergio Victor e do deputado Marcio da Farmácia, também se encontram presentes. Eu vou abrir as inscrições para que os deputados que gostariam de falar tenham um tempo regimental, então, para que possam fazer as perguntas ao secretário e o secretário possa responder, e assim nós vamos fazendo a cada deputado.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Ainda sobre métodos, se o senhor puder avaliar. O senhor está dizendo que o deputado tem os dez minutos, faz as perguntas, e o secretário responde.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Minha pergunta aqui é se é possível que a gente pergunte, e responda o secretário. Eu pergunto nos meus dez minutos, o secretário responde, eu pergunto e o secretário responde.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - O senhor tem o tempo regimental de dez minutos.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Se eu for rápido e o secretário for rápido.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Se V. Exa. fizer as perguntas.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente. Só para corroborar aqui. Nós tivemos ontem a experiência com o secretário Germann e foi muito boa. Foram feitas três perguntas, três deputados perguntaram, e, lógico, o secretário foi anotando e a assessoria também foi tendo tempo de buscar informações. Eu tenho certeza que o deputado Paulo Fiorilo vai perguntar números, e aí a assessoria tem o tempo de chegar até o secretário e auxiliá-lo nisso, e nós conseguiríamos acho que dar a celeridade nas respostas fazendo dessa forma.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Este presidente vai dar o tempo regimental de dez minutos. Se nós acharmos pertinente, deputado, a gente vê que não foi uma coisa que seja para enrolar o tempo, nós permitimos que V. Exa. continue fazendo as perguntas. Agora, V. Exa. tem o tempo de dez minutos para poder fazer as perguntas e o secretário tem o tempo que ele acha que é oportuno para poder responder às perguntas que V. Exa. fizer. Perfeito? Então V. Exa. tem dez minutos para poder utilizar.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu vou propor então usar cinco e o secretário responde.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Fique à vontade, Excelência.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O senhor marca os meus cinco e depois eu me inscrevo para os outros cinco.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Está no tempo regimental.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Obrigado, Sr. Presidente. Secretário.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Deputado Enio Tatto acaba também de chegar, registrando a presença dele. Se tiver outro deputado, por gentileza, apontem, porque aí a gente vai inscrevendo. Com a palavra o deputado Paulo Fiorilo, dez minutos.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Obrigado, Sr. Presidente. Secretário, primeiro agradecer aqui a presença do senhor, eu já tinha solicitado a vinda do senhor, se a Comissão tivesse entendido por bem ter convidado o senhor, a gente poderia já ter avançado, talvez até o último quadrimestre, o terceiro de 2018, infelizmente não foi o que aconteceu. Mas eu imagino que o senhor, para discutir 2018, deva ter uma certa dificuldade, porque o senhor não estava lá. O senhor mesmo inicia sua fala dizendo que o senhor estava ocupado no Ministério da Fazenda.

Eu queria me permitir só um reparo, o senhor estava ocupado, mas tinha um processo eleitoral pela frente, a cabeça do senhor devia estar numa outra situação e não na Fazenda já nesse momento, até porque abriu a desincompatibilização. Em todo o caso, o senhor secretário traz aqui números interessantes e eu fico com dúvidas também interessantes. O senhor disse que o Orçamento do Estado, na primeira apresentação do senhor, que, aliás, queria fazer outro reparo. Eu acho que o Dória fez a escolha perfeita, porque tanto o senhor quanto ele têm defendido a Previdência como a salvação da lavoura.

Outros agentes econômicos têm dito que só a reforma da Previdência por si só não basta. Aliás, os números que o senhor traz aqui quando o Estado faz a reforma mostram isso. Depois nós podemos discutir esse tema, mas eu queria entrar nas minhas questões, dizendo que o estado de São Paulo hoje tem 3,7 milhões de desempregados, fruto de uma política econômica que ainda não deu resultado. O senhor mesmo mostra nos gráficos que a gente tem uma tendência de credibilidade, mas que parou – pode ser que suba, pode ser que desça.

Em todo caso, a gente tem 3,7 milhões de desempregados. E inicia-se o Governo, para comparar com 2018, e aí eu gostaria de ouvir a opinião do senhor com

relação à questão de congelamento. Quando a gente vai olhar o congelamento e comparar com 2018, a gente teve em 2018 4,7 bilhões de contingenciamento ou de corte – o que o senhor quiser. E agora 5,9 bilhões, ou seja, 25% a mais. Eu não consigo entender se a gente tem uma situação melhor: por que um contingenciamento, por que um corte maior? Essa é uma questão para o senhor observar 2018, e eu queria voltar então a esse tema.

Bem, o senhor deve ter tido conhecimento do relatório do Ministério Público de Contas, eu espero, ele é público e ele trata de 2018. O relatório 2018 apresenta três ou quatro questões que na minha opinião são fundamentais. A primeira: o Governo não deve considerar como gasto com Educação os pagamentos para os servidores aposentados. Em 2018 o Estado considerou. E a gente tem ali um valor de seis bilhões que a Educação poderia utilizar, por exemplo, para terminar com 65 escolas de lata que ainda existem no Estado e que o secretário de Educação tem que administrar com 60 mil alunos nessas escolas de lata.

A segunda questão apresentada diz respeito ao Fundeb. O Estado, em 2018, utilizou parte do Fundeb, três bilhões, também para pagar inativos. O senhor trouxe aqui quase na última lâmina um problema gravíssimo com relação aos inativos que gira em torno de 30 bilhões, 41 bilhões os ativos. A pergunta: o Estado vai continuar cometendo esse mesmo erro apontado pelo Ministério Público de Contas de 2018?

A segunda questão, Sr. Presidente, com relação à renúncia de receitas. Eu tinha duas questões, eu vou focar em uma apenas, que é o relatório ainda do Ministério Público. Existe um problema gravíssimo de transparência em 2018, a gente teve 17 atos envolvendo renúncia, mas só passou pelo devido processo – atos envolvendo renúncia –, o resto um só passou pelo processo, o resto foi feito tudo por decreto do governador. E mais um apontamento do parecer do Ministério Público de Contas mostra isso.

Agora a gente teve um Projeto de lei enviado para esta Casa sobre querosene, mas a gente teve dois outros, pelo menos um deles, no caso de verduras, que não está aqui. A pergunta é: nesse caso concreto das renúncias como é que o Governo vai tratar e como é que o senhor vê o que foi feito em 2018? Principalmente o senhor, que foi presidente do Banco Central, ministro do governo Temer, nesse caso específico, porque aqui em São Paulo a gente tem renúncia fiscal e que se utiliza do sigilo para não divulgar quais são as empresas – eu não quero nem discutir isso –, mas falta transparência. O Ministério Público de Contas aponta a falta de transparência no caso de 2018.

Por fim, nos meus cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - O senhor já passou dos cinco minutos.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Então nos meus seis. É que o secretário gastou uma parte do tempo para falar do cenário nacional, então eu preciso gastar um tempo para falar do cenário local.

Por fim, Sr. Secretário, e não menos importante, eu gostaria de ouvir o senhor com relação às emendas impositivas. Principalmente, as emendas aprovadas no Orçamento passado e que devem ser executadas este ano. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - O deputado tem cinco minutos e 43 passados, mas tem o restante.

Deputado Giannazi, nós estamos seguindo o padrão, deixamos claro, que nós vamos ir para o escrito e nós vamos então.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Para que não haja nenhuma dificuldade.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Só uma colocação. O deputado Giannazi tem que ir à Comissão no Conselho de Ética, ele gostaria de fazer a pergunta. Eu não vejo nenhum inconveniente, se os outros deputados aceitarem, que ele faça sua pergunta e aí ele vai lá na Comissão de Ética, porque ele está aqui exaurido, para que possa fazer.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Havendo consenso, quanto a este presidente não há problema. Eu quero saber se há consenso.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Eu também tenho o mesmo problema que o deputado Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - É só uma pergunta rápida.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Deputado, ele até responde no momento oportuno, Vossa Excelência, se houver consenso, ele faz a pergunta e fica registrado, no momento oportuno o secretário responde.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Primeiro agradecer a presença do secretário Henrique Meirelles aqui na Comissão de Finanças. Secretário, nós estamos acompanhando todo o processo da devolução das contribuições dos advogados da carteira do Ipesp. Nós aprovamos uma lei no final do ano passado aqui na Assembleia Legislativa, a Secretaria da Fazenda já publicou dois decretos, uma resolução e me parece que o pagamento será feito agora no dia 18 para todos esses advogados.

A questão colocada pelos advogados hoje é a questão da portabilidade. A lei fala da portabilidade, tem um artigo que fala, mas a Secretaria da Fazenda não deu nenhuma orientação nesse sentido. E os advogados não sabem o que fazer sobre portabilidade. E uma outra questão ainda sobre a carteira do Ipesp é, para nós, essa devolução tem um caráter indenizatório, logo nós entendemos que não deveria haver o desconto do imposto de renda, até porque essa carteira ela foi colocada em processo de extinção. Ela foi criada pelo Estado e depois, em 2009, ela foi colocada em processo de extinção, prejudicando 40 mil advogados e advogadas contribuintes da carteira.

Então nós entendemos e reivindicamos, e nós queremos que V. Exa. analisasse com carinho essa possibilidade de retirar a cobrança do imposto de renda porque isso é uma verba indenizatória. Então a questão da portabilidade e a questão do não pagamento, da não cobrança do imposto de renda.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Registrada a pergunta de Vossa Excelência. Passo a palavra ao secretário para responder ao deputado Paulo Fiorino. E, se quiser, depois responder ao deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem...

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - É Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Está bom.
Deputado Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Falou Fiorino de novo.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Está certo.
Corrigindo: Deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Bom, iniciando com os diversos pontos colocados pelo deputado, em primeiro lugar ele mencionou a questão se a reforma da Previdência resolve tudo. Não, não resolve tudo. Mas é fundamental. Vou usar uma expressão de lógica matemática, que é uma condição necessária não suficiente, isto é, a reforma da Previdência evita que haja uma insolvência do setor público no futuro. Em última análise, evita que o Estado brasileiro, a União e depois os próprios estados venham no futuro a não poder honrar suas dívidas – quebrar, em última análise.

Portanto, isso é uma base fundamental de que a partir da economia se estabiliza. Mas, para voltar a crescer as taxas mais elevadas etc., existe toda uma série de reformas e aumento de produtividade da economia, reforma tributária entre outras, que inclusive eu próprio deixei uma lista de 15 projetos – a maior parte deles já apresentada ao Congresso Nacional – visando exatamente essa agenda extensa de reformas, porque isso, sim, vai permitir que a economia nacional possa voltar a crescer e o estado de São Paulo voltar a crescer junto.

Em relação a essa questão da recuperação, sim, houve uma recuperação, portanto, de uma queda de 5,5 – até um pico de crescimento de 2,1 no final do de 2017. A partir daí houve essa estabilização num patamar inferior em função principalmente da incerteza eleitoral, e esse ano da incerteza em relação à própria Previdência. Mas, voltando ao ponto, não é que resolve tudo, mas é que evita o desastre, evita um problema grave de insolvência do Estado a longo prazo. A partir daí nós teremos condições de crescer a taxas moderadas. Agora, para crescer aquelas taxas maiores e etc. – que inclusive aconteceu no período em que eu estava no Banco Central –, nós teremos que, aí sim, fazer as reformas de aumento da produtividade.

O contingenciamento esse ano – que foi o outro ponto levantado por V. Exa. – foi de 5,7 bilhões de reais na realidade. Por quê? Porque houve, no Orçamento que recebemos esse ano nós tínhamos um número de receitas consideradas incertas, que consideramos incertas, num valor aproximado de 10,5 bilhões de reais. Portanto, contingenciamos 5,7 como uma medida de segurança e estamos trabalhando intensamente visando levantar recursos para evitar termos de contingenciar o restante até o final do ano – inclusive eu tenho trabalhado intensamente com diversas instituições, Banco do Brasil e outros, visando fazer inclusive uma securitização de royalties de petróleo, aqui tirado da Bacia de Santos, que possam permitir aí o fechamento desse orçamento.

E, com todas as ações, esperando que o crescimento de São Paulo aumente nos próximos anos, aumentando inclusive a diferença em relação à média nacional, de maneira que nós possamos não ter esse problema no futuro.

Em relação à questão de recursos da Educação para gastos com inativos, e depois gastos também de uma parte do Fundeb com inativos, isso foi uma situação que nós recebemos, como inclusive o senhor colocou, e existe, sim, essa observação do Ministério Público de Contas. E o que pretendemos fazer? – que é a sua pergunta. Todas essas ações nesse sentido, o que existe é uma ação gradual, mas não se pode, não se deve no setor público tomar ações bruscas, porque isso poderia vir a aumentar em muito, por exemplo, o contingenciamento, tendo que parar investimento no Estado, tendo que parar uma série de coisas se nós fizermos um ajuste aqui total em cerca de nove bilhões de reais de uma hora para outra.

Então nós concordamos com a observação de que os gastos com a Educação têm que ser prioritariamente direcionados para professores ativos, para escolas e etc., e visando aumentar inclusive a qualidade da nossa Educação, que é uma prioridade total do País e do governo de São Paulo, e que nós vamos certamente estar aqui trabalhando nessa direção.

Mas, de novo, o que não podemos é fazer gestos bruscos e prejudiciais ao Estado e ao serviço público, na medida em que pudéssemos fazer aqui cortes que viriam a paralisar inclusive a estrutura do Estado e etc., porque são valores substanciais. Agora a ideia é fazer aqui um ajuste gradual – estamos inclusive argumentando exatamente nesse sentido com o Tribunal etc.

Mas certamente a minha visão sempre foi e continua sendo de absoluto respeito às normas legais e institucionais, e absoluto e total respeito pelo Tribunal de Contas.

Temos relações, sempre tive relações, nunca tive problema com o Tribunal de Contas desde a época do Banco Central, Ministério da Fazenda e etc. Sempre tive as melhores relações possíveis com o Tribunal de Contas além de outras autoridades – Congresso Nacional e agora Assembleia Legislativa.

Em relação à outra questão levantada, que se referem, em relação aos atos, quais foram as razões de que naquela época o governo anterior não divulgou o nome de companhias que estavam sendo objeto de determinadas renúncias fiscais e etc., isso eu não sei se alguém da minha equipe tem a resposta do porquê. Por favor, o Dr. Gustavo Ley aqui, coordenador da arrecadação tributária, vai dar essa resposta aqui.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Desculpa, qual é o nome?

(Fala fora do microfone.) - Gustavo.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Ele já estava na época aqui no Estado e tem um histórico. Então tudo que envolve o histórico, temos aqui o.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Passa para o Gustavo.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - A arrecadação, deputado.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Só não vale, Gustavo, a resposta para o Tribunal, porque daí eu já tenho.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Só um minutinho, se conseguisse mais uma cadeira para ele poder sentar ao lado, por gentileza.

O SR. GUSTAVO LEY - Boa tarde. Boa tarde, deputado. Em relação às renúncias, acontece que todo o relatório que a gente tem de renúncia fiscal que vem se consolidando nos demais orçamentos também, nós abrimos, sim, os valores. Só que a descrição por empresas é que não é permitida, porque a gente não pode identificar quando tem um grupo menor do que seis empresas, porque fica muito fácil inclusive aos concorrentes identificarem. Então esse é o único ponto do sigilo que envolve o Tribunal de Contas. Os demais, as informações todas, são enviados.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Mas o Tribunal não considera esse argumento, o senhor sabe disso.

O SR. GUSTAVO LEY - Inclusive, por conta do ano passado, foi feita já uma reunião lá no final do segundo semestre já apresentando inclusive um plano de como a Secretaria da Fazenda passaria a tratar diversos temas envolvendo renúncias. E esse plano foi aprovado já pelo Tribunal.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - E encerraria em 2018.

O SR. GUSTAVO LEY - Não, não, para ser executado agora. Para ser executado a partir de 2019.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não é isso o que está no relatório, o senhor sabe. O senhor leu o relatório.

O SR. GUSTAVO LEY - O relatório aponta ainda alguns aperfeiçoamentos no plano que foi apresentado, e é isso que a gente tem trabalhado com eles para, junto com as equipes técnicas da Secretaria da Fazenda, aprimorarmos todo o processo de informação sobre renúncia. Então, ao longo agora do primeiro semestre 2019, a gente está concluindo todas as etapas para que isso atenda de forma mais clara o que o Tribunal está pedindo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O.k.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Tudo bem. Agora nós vamos mencionar aqui. Em relação às emendas impositivas etc., nós estamos fazendo um esforço enorme para o equacionamento de tudo isso, principalmente na questão de fornecimento de informações – porque muitas delas estavam com informações incompletas etc. –, e nós estamos trabalhando nisso. Mas tivemos hoje, inclusive, entramos em contato com exatamente a Casa Civil, que nos informou que 51.

(Fala fora do microfone.) - Quarenta e três.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Quarenta e três estariam já aprovadas, que serão divulgadas. Agora, aprovada não no sentido formal, mas no sentido de ter completado todos os procedimentos, todas as informações que eram necessárias etc., e que estão já em andamento. E está sendo um esforço grande que está sendo feito para resolver.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Quarenta e três emendas ou milhões?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Emendas.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Emendas.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - De um total de?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - A resposta é essa: emendas. Quarenta e três emendas. Muito bem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Dá um valor total de quanto, Sr. Secretário?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Total?

(Fala fora do microfone.) - Duzentos milhões.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Duzentos milhões. Tudo bem. A pergunta agora sobre a portabilidade dos pagamentos feitos aos advogados, a resposta da Procuradoria Geral do Estado é que não há essa portabilidade porque não é um benefício previdenciário; e, não sendo um benefício previdenciário, incide o Imposto de Renda. E nós estamos aqui nos pautando pelo parecer da Procuradoria Geral do Estado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Gostaria de, deputado Paulo Fiorilo?

(Vozes sobrepostas.)

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Como eu ainda tenho um.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Remanescente. Só. Deputado Carlão.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Faz 20 minutos que aviso o deputado Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Mas o senhor não ouviu.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Ele começou às 15 horas e 30 minutos.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sr. Presidente, eu não concedi aparte ao deputado.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu pedi pela ordem.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O deputado precisa ter respeito pelo outro.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu estou pedindo pela ordem ao senhor.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não, eu não estou dando pela ordem porque eu já pedi lá, e o senhor vai esperar o momento do senhor falar.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não, eu não vou esperar. Eu sou deputado como o senhor.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Eu vou pedir aos deputados.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Faz 20 minutos. Faz 20 minutos que o senhor está falando.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O senhor não pode me interromper.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O senhor está achando que é o quê?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O senhor não pode me interromper. Sr. Presidente.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O Secretário vai ficar aqui para responder só ao senhor?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O deputado não pode interromper. Sr. Presidente.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O que é isso!

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Eu pediria aos Srs. Deputados, tanto ao deputado Paulo Fiorilo quanto o deputado Carlão Pignatari.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Até que horas vai ficar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Por gentileza.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - É uma questão de ordem, eu quero saber.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Questão de ordem, deputado Carlão Pignatari. Por gentileza.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Questão de ordem.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Ele disse o seguinte: “Eu vou fazer uma pergunta de cinco minutos e nos meus outros cinco minutos o secretário responde”. Já faz 20 minutos que o secretário está respondendo. Era 15:28 e agora são 15:50.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Então são 22 minutos que a palavra está com o deputado Paulo Fiorilo. Agora, nós estamos dez deputados aqui para questionar.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Deputado Carlão Pignatari, eu não posso contar o tempo de resposta do secretário.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não foi esse o compromisso que o deputado Paulo Fiorilo fez.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu não assumi esse compromisso.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não foi isso.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu não assumi esse compromisso. Volta a fita.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Deputado Carlão Pignatari.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Eu não posso fazer com que o tempo do deputado Paulo Fiorilo seja conjunto com a resposta do secretário. Deixar claro, eu tenho que fazer isso justo para todos os deputados.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Foi ele que fez a proposta.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Quanto mais tempo nós ficarmos discutindo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Se o deputado Carlão tivesse paciência para me ouvir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - O tempo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O senhor vai ver que vai resolver. Eu tenho ainda quatro minutos, que eu quero fazer considerações. Eu queria dizer ao deputado Carlão que eu não assumi esse compromisso, eu disse ao Presidente “Eu vou usar os cinco minutos, e o restante, se precisar, eu uso de novo”. Agora o senhor quer mudar o que eu disse?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não foi isso, não foi isso. Infelizmente.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sr. Presidente, eu queria propor o seguinte: os meus quatro minutos – até porque não foi só eu que fiz pergunta, o senhor pediu para o deputado Giannazi aqui fazer pergunta, então vamos com calma. Eu queria

propor os meus quatro minutos, que eles sejam utilizados depois. Eu vou ouvir os outros colegas que se inscreveram.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Não. Aí, deputado.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O senhor quer que eu use os quatro? Eu vou usar.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB – Vossa Excelência use nesse momento ou então.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Vou usar, vou perder meus quatro minutos?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Se encerrar, vou passar para outro deputado.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não, Sr. Presidente, é rápido. Não vou nem usar os quatro.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputada.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Só para constar, se ficar dez minutos cada um não vai ter condições, porque daqui a pouco começa a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Deputada, eu não posso tirar o tempo regimental de dez minutos de cada deputado, infelizmente.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Não, não. Não poderia entrar num acordo, para dar oportunidade?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Este Presidente, se houver um consenso, nós entramos. Da parte desse Presidente, não há problema nenhum.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu vou ser breve, eu vou fazer duas perguntas. Eu só vou fazer duas perguntas, quer ver?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Eu pediria ao deputado Paulo Fiorilo que pudesse ser breve.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu vou ser breve, já poderia ter terminado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Por gentileza, deputado. Com a palavra.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Secretário, queria voltar aqui sobre a questão da Previdência. O senhor apresentou na página 12 o quadro da Previdência do Estado. E mesmo o Estado aqui tendo feito já uma aprovação de uma lei que criou o SPPREV, o SP-Prevcom, a gente percebe que tem um problema grave no Estado do ponto de vista das finanças. Brasília está discutindo a possibilidade de fazer uma reforma – e eu queria ouvir a opinião do senhor, já que o senhor trouxe esse assunto – que, primeiro, mexe com a idade das mulheres professoras, mexe com a idade das trabalhadoras rurais, mexe no benefício continuado. Eu queria saber, ouvir a opinião do senhor que foi presidente do Banco Central e ministro do Temer, se o senhor acha que essas são as medidas adequadas para que a Previdência se equacione da forma como o senhor trouxe aqui.

Por fim, não menos importante, o senhor falou sobre a questão das emendas – aliás, o Gustavo, que fez referência à desoneração. O Tribunal faz uma série de recomendações, o MP de Contas, pedindo que o Estado passe a adotar uma outra metodologia para dar transparência, inclusive porque o Tribunal tem prerrogativas para discutir isso e não seria uma quebra de sigilo fiscal. A pergunta é, secretário: a partir de agora a decisão da Fazenda vai ser qual? Vai mandar os Projetos de lei? Porque há uma dúvida, por exemplo, o tempo em que essas empresas estão sendo beneficiadas pela lei

de responsabilidade fiscal, me parece que já terminou. Já devia ter tido lei ou mudado o procedimento. Como o Sr. Gustavo está há mais tempo, poderia até responder sobre isso. Muito obrigado, Sr. Presidente. Não gastei nem dois minutos.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Obrigado, deputado. Registrado o encerramento do tempo de Vossa Excelência. O secretário, por gentileza.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Bom, em primeiro lugar, em relação à reforma da Previdência, não há dúvida de que a reforma da Previdência tem dois tipos de caráter que eu acho da maior importância.

Em primeiro lugar é um caráter de justiça social. É importante mencionar uma coisa que não está sendo muito divulgada, mas se nós pegarmos aqueles trabalhadores, sejam homens, sejam mulheres, de menor renda, eles não conseguem contribuir de forma ininterrupta, porque não têm carteira assinada pelo tempo mínimo constitucional. Portanto, pelos 35 anos, no caso de homem, por exemplo. Portanto, aqueles de menor renda já se aposentam por idade, com 65 anos. Aqueles que se aposentam com idades menores – 53 anos, 52, 54 etc. – são aqueles de maior renda: 80% dos que se aposentam por tempo de contribuição são aqueles de alto rendimento. Portanto é, antes de mais nada, injusto.

Em segundo lugar, como eu mostrei, sustentável. Não só no âmbito federal, principalmente, mas mesmo no âmbito estadual. Já existem estados que estão em situação insustentável. Portanto, tem que se fazer a reforma. E existe um dado positivo no Brasil, que é o fato de estar aumentando a expectativa de vida das pessoas. Aumentando a expectativa de vida, muito bem. Ótimo, é uma boa coisa. Só que isso aumenta o tempo de aposentaria, e isso é insustentável. Tem um número muito grande aí de pessoas que estão aposentadas há 20 anos ou há 25 anos etc., e não há como o Estado brasileiro, a população brasileira, suportar isso.

Portanto, a reforma da Previdência tem que ser feita e ela tem que abranger de fato toda a população e de idades diferentes, evidentemente. A idade mínima para os homens é uma, a idade mínima para as mulheres é mais baixa etc., levando em conta questões de diversas ordens etc. Mas esse é um fator fundamental. Inclusive, quando eu fui ministro da Fazenda, eu apresentei o primeiro Projeto e tive inclusive discussões com todas as bancadas partidárias ou bancadas temáticas, inclusive bancada das

mulheres, por exemplo. E chegamos basicamente a uma boa conclusão. A reforma não foi aprovada por razões externas ao projeto em si, mas o fato é que é uma questão de sustentabilidade do Brasil e do Governo brasileiro.

Portanto, acredito, que a linha tenha que ser essa mesma. Existem questões referentes a um pouco mais controversas que eu, por exemplo, não entrei, que é questão do BPC. Aqui também tem que ser enfrentado, apesar de que isso não é, esse assunto específico não foi um assunto que nós analisamos e propusemos no nosso tempo. Agora, o trabalhador urbano que enfrentamos na época e toda a questão do serviço público é absolutamente necessário, porque senão, primeiro vai continuar injusto; segundo, o Estado não vai ter condições de sustentabilidade ao longo do tempo.

Em relação à questão, à pergunta direcionada aqui ao Gustavo, por favor, Gustavo, pode responder à questão.

(Fala fora do microfone. - Inaudível.)

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Das impositivas já foi respondido.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Desculpa, Sr. Secretário, das emendas impositivas, a minha dúvida era quantas emendas estão ainda sob análise. O senhor disse aqui as que já não estão.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Cinquenta e uma.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Obrigado. E depois a outra coisa é a questão do relatório.

(Fala fora do microfone.) - Três perguntas.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Passo a palavra ao deputado Alex de Madureira.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sr. Presidente, faltou o Gustavo ali.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Desculpa. Por gentileza.

O SR. GUSTAVO LEY - Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Gustavo Ley.

O SR. GUSTAVO LEY - Deputado, quanto às colocações que o senhor traz das renúncias em que o Tribunal teria apontado também questões em relação a envios para a Assembleia ou por decreto – eu acho que é essa a sua pergunta –, na verdade a Secretaria da Fazenda se baseia em um parecer da própria Procuradoria desde 2008 sobre esse tema, em que é possível fazer todas as medidas, não só as de renúncias, mas todas as demais medidas tributárias, através de decreto, sem necessidade de encaminhamento por lei.

E, só para esclarecer, na questão do Projeto de lei, inclusive agora que tem, modificando uma alíquota, aí o conceito é diferente, porque realmente a mudança de alíquota depende, sim, da aprovação dos senhores por esta Casa. E é isso que a gente fez com esse envio para cá. E aí, só para finalizar, essas recomendações que o Tribunal inclusive faz nos procedimentos são para deixar mais clara a forma de cálculo, de transparência de como isso é feito e como se chega a essas conclusões. E aí quando o senhor diz, colocou que essas empresas talvez não deveriam estar mais recebendo e quando eu falo que a gente não abre a informação quando tem menos de seis empresas, é porque São Paulo sempre concedeu qualquer tipo de modalidade de redução para setores inteiros, nunca para empresas exclusivamente. Em nenhum caso.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - E tem setores que podem ter duas empresas?

O SR. GUSTAVO LEY - Pode, pode acontecer.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - A lógica de continuar fazendo por decreto vai mudar a partir dessa recomendação do Tribunal?

O SR. GUSTAVO LEY - Esse é um encaminhamento que nós vamos fazer a própria Procuradoria, porque a Secretaria da Fazenda se baseia nesse próprio relatório ou nesse próprio parecer da Procuradoria.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Passo a palavra ao deputado Alex de Madureira.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Cumprimentar aqui o nosso presidente, deputado Wellington Moura; cumprimentar o Anapolino, de Goiás; o nosso sempre ministro Henrique Meirelles, para nós é uma satisfação recebê-lo aqui na tarde de hoje – é considerada uma das figuras mais respeitadas do cenário, do ambiente financeiro, tanto nacional como internacional. Foi presidente do Banco de Boston, foi presidente do Banco Central, ocupou o Ministério da Fazenda nos anos de 2016 a 2018. E também, como disse aqui o deputado Paulo Fiorilo, foi candidato, sim, à Presidência da República pelo MDB. Muito obrigado.

As minhas perguntas são rápidas, não vou usar o tempo, os dez minutos, e nem vou ficar indagando o nobre ministro na finalização de minhas perguntas. Primeiro, queria saber se o senhor consegue quantificar para nós qual foi o valor de repasse de ICMS aos municípios do estado de São Paulo nos primeiros cinco meses do ano de 2019 no Índice de Participação dos Municípios, no IPM, que hoje é o que tem mantido os municípios do estado de São Paulo de pé.

Segunda pergunta, como está a atuação da Secretaria da Fazenda do Estado quanto ao combate à inadimplência fiscal – mais especificamente na questão do ICMS? Como está sendo a atuação da Secretaria quanto ao combate à inadimplência. E a última pergunta, um breve comentário do nosso querido ministro sobre o anúncio do governador Dória nas últimas semanas sobre a criação dos 11 polos de desenvolvimento econômico no estado de São Paulo – os novos 11 polos de desenvolvimento econômico no estado de São Paulo. No que impactaria para a economia do Estado a criação desses 11 polos de desenvolvimento econômico? Muito obrigado, Sr. Presidente. Essas são as perguntas.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Obrigado, deputado. Por gentileza, secretário.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Nobre deputado, muito obrigado. Eu gostaria apenas de fazer uma observação preliminar em relação a uma observação anterior, de que no primeiro quadrimestre do ano passado eu disse estar focado no Ministério da Fazenda. O nobre deputado achou que talvez eu estivesse pensando na campanha presidencial – não é a minha característica, deputado. A questão que eu posso lhe assegurar é que eu estou sempre pensando, 100% concentrado, na minha ação no momento, tanto que depois eu acabei pagando um preço por isso na própria campanha exatamente porque eu só comecei a fazer a campanha no dia em que eu comecei a fazer a campanha.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Mas o senhor não pagou o preço, o senhor ganhou.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Pois é. Então, objetivamente eu cumpro a minha função como devo, independentemente do preço eleitoral que isso possa ocorrer. Deputado Alex, em relação – antes de mais nada eu vou responder às duas perguntas mais gerais, muito importantes; depois nós vamos falar no valor do repasse do ICMS. Em relação à inadimplência, estamos empreendendo uma série muito intensa de operações de combate à inadimplência. São ações de fiscalização, ações no campo, ações em todo o Estado, ações nas fronteiras. E temos, por exemplo, adotado medidas, como na última reunião dos estados do Sul e Sudeste.

Em Gramado, no Rio Grande do Sul, nós fizemos um convênio, inclusive, entre as diversas secretarias da Fazenda visando a evitar e combater uma das maiores formas de sonegação, que são exatamente as empresas fantasmas em outros estados – quer dizer, uma empresa coloca uma outra empresa associada em estados vizinhos e faz uma exportação para aquele Estado, depois outra importação, quando na realidade a mercadoria só transitou no papel. A única maneira de combater isso é um trabalho conjunto com as secretarias dos estados trabalhando em uníssono.

E eu fiquei muito satisfeito em ouvir dos demais secretários da Fazenda dos demais estados que foi a primeira vez que os estados do Sul e do Sudeste conseguiram trabalhar e chegar a um acordo para trabalharem juntos nesse tipo de assunto, não só de fiscalização, mas também de alíquotas, de padronização de alíquotas, de questões, por exemplo, de harmonização das diversas normas etc. Em resumo, estamos avançando muito nessas linhas, inclusive também em questão de fiscalização de fronteiras etc. E as

diversas operações inclusive cada uma tem o seu nome – inclusive a última, por exemplo, apenas para efeito de ilustração, foi a “Operação Salto Alto”, por exemplo, que visou isoladamente à fiscalização de empresas fabricantes de calçados. Mas todas elas têm, tem operações nas bombas, questão de fraude nos postos de gasolina de colocar água ou outros produtos inclusive que prejudicam não só a Saúde Pública como o próprio desempenho do veículo e etc.

Em relação aos 11 polos industriais, isso é fundamental para o Estado, é um impulso muito grande. Por quê? Porque nós vamos ter a concentração em determinada região de empresas que têm a mesma atividade. Por exemplo, empresas do setor químico – sejam fornecedores, sejam fabricantes, sejam revendedores –, todos no mesmo local, o que significa que aí o Estado vai concentrar a formação de mão de obra, formação especializada, instituições de pesquisa etc. naquela região, e as empresas vão estar ali se beneficiando de um ambiente onde inclusive a disponibilidade de mão de obra terceirizada passa a ser muito maior.

Isso é um fenômeno internacional, é internacionalmente conhecido, inclusive, como o fenômeno do Cluster – é um fenômeno onde empresas de um mesmo setor ficam concentradas. Nós temos um exemplo clássico do Vale Silício no estado da Califórnia, nos Estados Unidos, mas tem no mundo inteiro, tem na Alemanha, tem no Japão, tem na China – agora a China está crescendo muito, baseada nisso também, em concentrações de polos de especialização em diversas áreas. E também aí há a construção de infraestrutura adequada e etc. para cada região, para cada polo industrial; e direcionamento de atividades normativas e etc., normas municipais e etc. Portanto, nós temos aqui um avanço muito grande e isso certamente será importante para a atividade econômica como um todo, mas particularmente para a atividade industrial de São Paulo.

Em relação aos repasses aqui do ICMS para os municípios e também de IPVA – mas a pergunta específica foi do ICMS. Foi cerca de... O ponto que está sendo observado, que estou questionando, é porque aqui é o somatório do ICMS e do IPVA, por isso que eu estava discutindo aqui. A somatória, portanto, do ICMS e do IPVA são 20 milhões.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Obrigado, secretário.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Obrigado, secretário. O próximo inscrito é o deputado Ricardo Mellão.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - E depois, só para deixar registrado, deputado, antes de Vossa Excelência, registrar a presença da deputada Maria Helou, deputado Mauro Bragato – Marina, me perdoe. Marina Helou. Deputado Mauro Bragato, deputado Marcio Nakashima e deputado Barros Munhoz. Deputado Ricardo Mellão, por favor.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Muito obrigado, presidente. Queria agradecer aqui a presença do ministro e agora secretário da Fazenda do estado de São Paulo, que muito nos honra aí com a primeira aparição aqui na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Quero dizer que serei breve nas minhas perguntas. A primeira diz respeito ao grau de endividamento do estado de São Paulo.

O senhor apresentou dados do primeiro quadrimestre de 2018 e diz que a nossa dívida consolidada líquida estava em cerca de 254 bilhões, o que equivaleria a cerca de 163% da receita corrente líquida. Só que no final de 2018, pelos dados que vi aqui, nós temos uma dívida consolidada líquida que já atingiu 277 bilhões e que, considerando a receita corrente líquida do ano, que é 159 bilhões, nós vamos aí para um patamar de 174,45% da receita corrente líquida – o que nos coloca em uma zona de alerta.

Eu queria saber quais medidas o senhor pretende tomar durante a sua gestão à frente da Secretaria para conter esse endividamento. E, aproveitando a mesma toada – eu sei que o Estado tem um amplo plano de desestatizações para esse mandato –, eu queria saber se já existe uma estimativa de quanto se pretende arrecadar com as privatizações de estatais e com as concessões aí no que tange às outorgas. Seria isso.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Pois não. Obrigado, deputado. De fato nós temos alertas para isso e evidentemente a maneira de evitar que a dívida pública do Estado cresça e chegue muito perto ou atinja o limite legal – que não é evidentemente o nosso objetivo e vamos evitar que isso aconteça, certamente –, é que nós temos que controlar as despesas e procurar aumentar as receitas. É tão simples quanto isso. Na medida que existe um déficit orçamentário que seja coberto por empréstimo, nós

teremos aí um aumento dessa dívida. E isso também tem uma certa influência de fatores nacionais particularmente referentes a patamares de taxas de juros e etc., fixados aí pelo Banco Central.

Felizmente está num patamar mais baixo, porque caiu muito aí em 2016, 2017 e começo de 2018. Felizmente colaborou-se para isso naquela época, então, esse aspecto aí já facilita um pouco. Mas nós estamos aí fazendo, tomando uma série de ações nesse sentido, em primeiro lugar de incentivo à atividade econômica, há toda uma série de programas, acabamos de mencionar os polos econômicos, mas existem outros.

Um exemplo concreto aí, por exemplo, é a questão das fábricas de automóvel, de veículos, de caminhões também etc., em que nós temos feito trabalho – um caso de uma grande, inclusive, uma grande empresa, uma grande montadora que já tinha decidido sair de São Paulo e do Brasil, e só isso aí representaria uma fonte de receita importantíssima que seria perdida e uma perda de 65 mil empregos diretos apenas no Estado de São Paulo. E uma perda total de 350 mil empregos indiretos, aí com todo o impacto de arrecadação, inclusive etc. Conseguimos reverter e essa empresa, ao invés de sair do Brasil, eles vão investir dez bilhões de reais no Brasil, ficar e criar empregos etc. É uma coisa que eu tenho satisfação de ter participado diretamente, juntamente com a equipe, juntamente com o governador, e isso foi feito com grande sucesso.

Em resumo, toda uma série de medidas está sendo tomada nesse sentido, em última análise, que visam aumentar arrecadação nos próximos, não só esse, mas também nos próximos anos. E ao mesmo tempo um controle muito rígido de despesas, haja vista o contingenciamento que foi feito para o primeiro ano, conforme mencionamos, e um controle rígido. Em relação às privatizações, concessões etc., no caso de estradas e rodovias etc., a expectativa está sendo feita nesse momento porque é muito impreciso até que nós tenhamos todos os projetos detalhados etc. Mas eu acho que não seria inviável pensarmos aí numa coisa de cerca de 30 bilhões de reais, por aí.

Agora, note bem, são cálculos ainda muito preliminares, não é um compromisso meu aqui com a Assembleia feito na ponta do lápis, com projeto já detalhado, projeto pronto, não. Nós estamos ainda aprovando agora as prioridades para essas concessões etc. Existem alguns dados da maior importância como, por exemplo, a questão da Sabesp, que está agora, a Medida provisória que foi apresentada pelo governo anterior que deve perder a validade agora, segundo tudo indica – inclusive o presidente Rodrigo Maia tirou de pauta –, mas que deve, segundo ele próprio, ser apresentado na Câmara um outro Projeto para substituir a Medida provisória, no caso um Projeto de lei.

Isso pode permitir, sim, uma entrada de capital privado muito grande no setor de saneamento e evidentemente uma capitalização também da própria Sabesp, seja através do mecanismo de capitalização de holding, seja através da própria privatização. Tudo isso vai depender do marco regulatório.

Mas existem projetos em andamento, importantes, foi anunciado ontem, por exemplo, o monotrilho ligando a estação da CPTM lá perto do aeroporto de Guarulhos até o aeroporto, onde então vai ficar muito mais fácil para o passageiro – chegando ali no trem, ele desembarca, passa, pega o monotrilho e já vai direto até cada estação, cada terminal de passageiros. É um investimento aí de 150 milhões de reais que serão totalmente bancados pela concessionária do aeroporto. Foi um entendimento conjunto do Ministério da Infraestrutura do Estado e da concessionária do aeroporto.

Portanto, é uma série muito grande de projetos que estão em andamento. Apenas para te dar um exemplo, no caso da Sabesp se for a alternativa da capitalização – não estamos fazendo nem conta ainda porque nós estamos aguardando o marco regulatório para saber se é capitalização, privatização, o que será melhor para o investimento de saneamento no Estado –, mas o cálculo feito lá pelo governo anterior, na hipótese mais conservadora que é aquela hipótese de criação da holding, já gerava ali, apenas naquela hipótese, cerca de cinco bilhões de reais.

Em resumo, estamos num projeto intenso e certamente, por tudo aquilo que eu tenho visto no mundo todo – eu tenho relações com investidores do mundo todo, inclusive tivemos recentemente a semana do Brasil em Nova York, por exemplo, onde eu falei para plateias grandes de investidores e tivemos reunião com grupos grandes, onde houve uma manifestação muito grande, sim, de interesse para investimento em Infraestrutura no Estado de São Paulo; e fizemos apresentações exatamente de tudo isso, seja no Metrô, seja nas rodovias, seja até no novo projeto que estamos contemplando aí que já começa a ser discutido em conjunto com a Prefeitura, a questão das marginais.

Portanto, tudo isso que será investimento a ser feito no estado de São Paulo, e isso gera também, evidentemente, um aumento importante aí na arrecadação e, em consequência ao início da sua pergunta, ao não crescimento da dívida pública.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Com certeza. Muito obrigado, secretário.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Com a palavra o deputado Castello Branco.

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - Sr. Secretário, boa tarde. Deputado Castello Branco. Eu tenho um pedido e uma pergunta. O pedido diz respeito ao Projeto de lei 494/2019, que visa reduzir a alíquota de ICMS de 25% para 12% nas operações com querosene de aviação, o chamado QAV. Então o pedido inicial é, depois eu faço as considerações, para que V. Exa. e sua equipe entendesse que esse benefício deve se expandir, se estender a qualquer outro tipo de combustível de aviação, a fim de incentivar a Aviação Civil e seus desdobramentos comerciais no estado de São Paulo.

Em outras palavras, que fossem contemplados também o querosene de aviação para fins comerciais, a gasolina de aviação chamada avgas e os biocombustíveis para aviação. As considerações são as seguintes, eu venho do setor da aviação, fui piloto desde 1969, tirei meu brevet em 1978 – fui o piloto mais jovem de helicóptero do Brasil. Depois fui para a Marinha, fui para a aviação militar e depois para a aviação comercial. Hoje, existem no Brasil sete segmentos de aviação: linhas aéreas, aviação comercial, executiva, a rural – ligada ao agronegócio, a geral, a militar e a experimental.

Esse querosene que foi oferecido o desconto de ICMS beneficia apenas a caixinha da aviação de linhas aéreas, que hoje é composta de três grandes empresas no Brasil, que são a Latam, a Gol e a Azul. Ainda que essas companhias tenham, em contrapartida, prometido 70 novos voos, 70 novos destinos, o.k. Porém, para que o senhor tenha uma ideia do que eu estou falando, hoje no estado de São Paulo nós temos 2.391 aeronaves, das quais 2730 são aviões e helicópteros que têm como base operacional o estado de São Paulo – ou seja, essa frota corresponde a 87,54%, enquanto as linhas aéreas correspondem a 2%.

Em termos de aeroportos, para o senhor ter uma ideia, no Brasil tem 3.505 pistas. Para jatos, elas são apenas 655 pavimentadas – todas as demais são pavimentadas, mas em menor quantidade, e elas têm desdobramentos menores. Somente 115 aeroportos desse tipo de linhas aéreas são beneficiados, enquanto no outro tipo de aviação, 822. Bom, para não me alongar muito, tem um extenso relatório técnico, que pode chegar às suas mãos, da Associação Brasileira de Aviação Geral e outras associações pertinentes. Resumindo, se nós expandirmos o benefício da redução de ICMS para outros tipos de combustível, o impacto na nossa balança comercial e os dobramentos disso na aviação serão imensos. Então eu peço que V. Exa. e sua equipe

considere fortemente esse argumento, e repito: caso necessário, fazemos chegar em suas mãos estudos técnicos a respeito.

A segunda é uma pergunta e um elogio sobre o programa batizado de “IncentivAuto”, que também vai oferecer um desconto no pagamento de ICMS de até 25% às montadoras de automóveis que investirem mais de um bilhão e criarem assim pelo menos 400 novos empregos, postos de trabalho. Queria que V. Exa. falasse um pouco mais sobre esse tema, se existe alguma empresa já interessada nesse sentido, e quando esse Projeto de lei, esse PL, será enviado para a Assembleia. E, por fim, elogiar essa atitude corajosa desse governo liberal na economia, com o propósito de estimular a produção e a geração de empregos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Secretário.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Pois não. Em relação à questão do querosene de aviação, o senhor tem razão. De fato, foi colocado para a aviação comercial, que, no caso, atinge não só as três grandes empresas nacionais mencionadas, mas também todas as empresas internacionais que abastecem em São Paulo; e isso é importante porque existiam algumas empresas internacionais que já estavam começando a usar outros destinos, outras capitais, outros estados vizinhos justamente por causa do problema do imposto sobre o combustível. Então isso foi feito mediante um compromisso – isso é importante –, foi um compromisso das companhias de, de fato, aumentar, são 490 novas partidas semanais de São Paulo, além dos seis novos destinos regionais – dos 490, cerca de 74 partidas para voos regionais, o restante para voos nacionais.

Portanto, houve um compromisso de maneira que, segundo todos os cálculos que nós fizemos, vai gerar na realidade um aumento do ICMS total a ser pago, por exemplo, por causa da geração de empregos, geração de atividade comercial, geração de turismo etc. Maior disponibilidade de voos significa que muitas vezes encontros de negócio, feiras, reuniões, congressos, que começavam a ser direcionados para outro Estado, voltam a ser localizados em São Paulo, o que é fundamental inclusive para a arrecadação – além da maior atividade econômica, geração de empregos etc. etc.

Vamos certamente considerar, vamos olhar com toda atenção os dados fornecidos, porque o que nós temos que ver, em última análise, é aquilo que eu chamo

de racionalidade econômica, quer dizer, o que vai gerar de emprego, renda e também de aumento de arrecadação – em última análise, esse é o ponto fundamental.

Mas certamente vamos olhar com toda a atenção, com toda a seriedade o pleito e a extensão para outros segmentos aí dos combustíveis de aviação – seja biocombustível, seja gasolina etc. Muito bem. Em relação ao IncentivAuto, o decreto regulamentando está em vias de ser publicado. É um regimento – na realidade é feito um regimento através de uma resolução, que é o aspecto formal. Agora, o que nós já temos são indicações de companhias, sim, que vão aderir ao IncentivAuto – a General Motors foi a primeira, quando anunciou o investimento de dez bilhões de reais; e a segunda a anunciar foi a Scania, que anunciou um investimento de 1,4 bilhão de reais. E tem outras empresas que estão exatamente analisando esse assunto.

Só para deixar bastante preciso isso, um investimento acima de um bilhão de reais tem uma diminuição do valor do ICMS pago de 2,5%, e o investimento acima de dez bilhões de reais chega nos 25% – e com a geração do número de empregos mencionados. Bem, em resumo, é um programa que já está mostrando ser de fato extremamente bem-sucedido e o anúncio dessas empresas já confirma exatamente aquilo que você estava me dizendo: geração de emprego, aumento da atividade econômica e aumento também de arrecadação – porque isso é muito importante na medida em que vai gerar a maior atividade econômica.

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Obrigado, secretário. Seguindo a lista, eu estou inscrito, logo depois o deputado Dirceu Dalben, depois o deputado Enio Tatto, depois o deputado Barros Munhoz, depois a deputada Carla Morando e depois o deputado Marcio Nakashima. Então, deixar registrado.

Secretário, eu vou fazer algumas perguntas. Primeiramente, na LDO de 2018, na linha de crédito presumido outorgado, apareceu sobre as renúncias fiscais. Algumas, pesca e agricultura – sigilo fiscal; atividades e apoio à extração de minerais – sigilo fiscal; fabricação de produtos de madeira; impressão e reprodução de gravações; captação, tratamento e distribuição de água; coleta de tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais; descontaminação e outros serviços de gestão; obras de infraestrutura; serviços especializados para construção; transporte aquaviário;

alojamento; edição integrada à impressão; atividades – enfim, são 23 subsetores econômicos que não apresentam, em relação ao sigilo fiscal, o valor da renúncia.

Segundo, até o Gustavo Ley, diz que não pode, devido à discrição por empresa, não pode ser identificado. Eu gostaria de perguntar ao secretário, então, qual o valor total das renúncias de todos esses setores – sendo que nós então não vamos trazer aí essa falta de transparência em não mostrar as empresas. Mas qual o valor total de toda essa renúncia em questão de milhões e de porcentagens?

A segunda pergunta que faço a V. Exa. é em relação às emendas impositivas. Na lei que nós aprovamos aqui na Assembleia Legislativa, de 2017 para 2018, o artigo 28 diz o seguinte: “As programações orçamentárias previstas no artigo 27 não serão de execução obrigatória nos casos de impedimento de ordem técnica. Em até 90 dias após a publicação da lei orçamentária o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas dos impedimentos”. Gostaria de perguntar a V. Exa. quais são os impedimentos de ordem técnica? Se houve impedimentos em relação às emendas, quais foram elas e os valores relacionados?

A terceira a questão que eu peço – aí já é um pedido, secretário –, em relação às Notas Fiscais Paulistas, onde as entidades têm um grande problema em relação que, antigamente elas entregavam a nota fiscal, apresentavam essas notas, colocavam no sistema e poderiam ter esse benefício. Atualmente é um aplicativo. O governo passado adiou esse prazo, e eu gostaria de pedir a V. Exa. se é possível dar continuidade a esse adiamento para que nós possamos ajudar essas entidades que passam por uma dificuldade enorme, grande, em relação a isso.

Até mesmo em relação à questão das renúncias fiscais, eu peguei uma Lei de Acesso à Informação, do Ministério de Transparência e a Controladoria-Geral da União, que fala que é “descartada a necessidade de esclarecer os benefícios fiscais concedidos pelo Estado – são parte de uma política de incentivos fiscais, mediante a qual o poder público oferece benefícios fiscais às empresas à custa de renúncias de receitas, o que equivale à transferência de recursos públicos para a iniciativa privada. Tais benefícios só se justificam no âmbito de uma política pública que tem como objetivo realizar os objetivos públicos determinados. E tem-se a necessidade de garantir o exercício do controle social sobre os recursos políticos transferidos a setores privados – gastos indiretos do Estado – e o interesse maior da prevenção e combate à corrupção – publicidade dada aos valores que deixam de ser arrecadados por meio de incentivos ou

benefícios tributários que aplicam em renúncia fiscal –, além de ser necessário para coibir a gestão irresponsável do recurso público”.

Por isso, e é até uma lei do Ministério Público, da Controladoria-Geral da União, por isso eu pergunto a V. Exa. em questão do valor total da renúncia fiscal. Obrigado.

O SR. GUSTAVO LEY - Obrigado, secretário. Deputado, os valores da renúncia para esse exercício que o senhor listou, os 23 setores, subsetores, foi da ordem de 15 bilhões de reais, que inclusive é colocado no próprio Orçamento essa informação. Essa apresentação da maneira que está aí, também tive a informação aqui agora que ela é desdobrável, sim, por total, por subsetores.

Então, talvez o senhor não tenha aí, mas a gente consegue, sim, essa informação, porque ela é pública, ela é desdobrada – inclusive essa foi um dos avanços que aconteceram nos últimos dois anos, em que o Tribunal conversou conosco, com a Secretaria da Fazenda, e essa medida começou a ser adotada. Então o Tribunal tem, não só nesse caso como nos outros, feito um trabalho conjunto em que a gente vai aperfeiçoando essa maneira de demonstrar. E esse é um dos resultados, foi exatamente apresentar essa lista.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Se você puder aproveitar e já falar sobre a questão do procedimento eletrônico na Nota Fiscal Paulista.

O SR. GUSTAVO LEY - O.k. A Nota Fiscal Paulista de fato havia, foi implementado o aplicativo, que é uma maneira nova de se fazer os repasses às instituições que recebem repasses do Nota Fiscal Paulista, de fazer um direcionamento através desse aplicativo para que seus colaboradores, as pessoas que quisessem doar, utilizassem os aplicativos, porque havia um elevado número com a utilização das urnas – e isso foi bastante discutido inclusive aqui na Assembleia por conta de alterações na legislação em que havia pessoas que se aproveitavam das urnas para acabar tirando um recurso que deveria ir para a entidade, fazendo uma espécie de comércio com a questão das urnas, captando – isso em lojas, em padarias – para ir repassar isso às entidades mediante a cobrança de um valor.

Então o aplicativo teve o objetivo, sim, de eliminar essas pessoas que infelizmente a gente tem no nosso País, em que trabalhavam na verdade para tirar o recurso que iria para a entidade. E aí foi feito o aplicativo. É claro que as entidades

tiveram alguma dificuldade para se adaptar, e o Governo prorrogou esse prazo. Mas, na última alteração legislativa, ficou permitida a utilização da urna. Então a gente imagina que ela vai ser uma prática que as próprias entidades devem motivar os seus doadores a utilizar o aplicativo, sem que a gente tenha que fazer nenhum tipo de restrição a usar ou não a urna. Era preferível que a gente não tivesse, mas, como as entidades tiveram que se adaptar durante esse período, ela foi mantida.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Só para, o senhor fez uma pergunta ao Sr. Gustavo sobre a questão da desoneração, e o Sr. Gustavo citou que os 23 subsetores são 15 bilhões. A pergunta só que ficou na dúvida é: 15 bilhões são o total de desoneração ou são os 15 bilhões mais o que está indicado de 15,4 na LDO?

O SR. GUSTAVO LEY - Não, 15 são o total. Eu não lembrava do ponto 4.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Contando as que estão em sigilo fiscal?

O SR. GUSTAVO LEY - Isso, isso.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Quinze bilhões são o total?

O SR. GUSTAVO LEY - São o total.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Em...

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Em relação agora à questão das justificativas para o impedimento, isso aí é um trabalho intenso que está sendo feito lá pela Casa Civil, que já solicitamos isso. Estamos trabalhando nesse assunto agora, porque isso não é feito na Secretaria da Fazenda, isso é feito em outra área do Estado, mas nós estamos trabalhando.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Mas estava na Secretaria de Vossa Excelência.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Estamos trabalhando lá.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - De 2018.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Estamos trabalhando junto com a Casa Civil. Vamos tentar idealmente até o final da nossa reunião aqui já ter essa informação. Se não, lhe encaminhamos posteriormente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito. Obrigado, Sr. Secretário. O próximo inscrito é o deputado Dirceu Dalben.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Muito boa tarde a todos, Sr. Presidente, Sr. Secretário e sempre ministro Henrique Meirelles. Sempre agradecendo a Deus em primeiro lugar pela vida e pela saúde, permitindo nós estarmos aqui nesse momento importante nesta Comissão e para o Estado. E quero agradecer a sua apresentação inicial, onde para mim, e acredito que para muitos dos pares aqui e das pessoas participantes, nos ajudou a entender e a esclarecer a nível nacional e estadual a questão econômica, o tanto quanto está ligada.

Sr. Secretário, eu quero aqui fazer algumas considerações e, se eu estiver enganado, tenho humildade suficiente para ser corrigido e aprender com Vossa Excelência. No sentido aqui que eu analisei da receita com relação à despesa do exercício do quadrimestre, onde foi analisada a evolução, eu entendo que a dívida, comparada com 2017 e 2018, parece-me que houve uma melhoria nos números. O que eu entendi aqui é que em 2017 a dívida consolidada líquida estava em um patamar onde representou 259 bilhões, em números redondos em 2017. Em 2018, 253, então parece-me que houve uma melhoria.

Com o limite máximo, tinha aqui um percentual, antes de atingir os 200% em 2017, de 44 milhões; e para agora 2018, um teto maior de 57, isso porque o limite máximo em 2017 era 203 e em 2018 – era 303 bilhões em 2017 para, em 2018, 311. Então houve um acréscimo na arrecadação e com isso houve um percentual e uma melhoria no endividamento do Estado, no meu entendimento.

Diante disso, nós vimos aqui no quadro abaixo que a dívida consolidada líquida com referência à receita corrente líquida, nós tivemos o menor pico em 2013 – com 1,43 – e após isso a alta. E agora houve um decréscimo novamente, em 2018, em 1,63. Digo isso como consideração, até para depois se o senhor puder fazer uma análise preliminar, adiantar e poder mostrar como é que está o quadro nesse primeiro quadrimestre, se for possível. E também para chegar aqui numa situação que preocupa, e também quero fazer a consideração, que é com relação à participação da receita própria do Estado para fazer frente ao regime próprio de Previdência dos servidores.

Pelo que eu entendi aqui, Sr. Ministro-secretário, o nosso Estado está portando 20 bilhões para fazer frente a pagamento de aposentadoria a servidores inativos – o senhor pode me explicar depois, se eu estiver errado –, enquanto a quota-parte de participação patronal e do servidor é um valor bem menor.

Entendo que tudo isso está vinculado à reforma da Previdência no nível de Brasília, mas, eventualmente isso não acontecendo, existe algum estudo do próprio Estado no sentido de fazer frente a isso, ou seja, aumentar a participação aqui da contribuição patronal ou buscar outra fonte de recursos no sentido de diminuir essa dependência da fonte normal de arrecadação do Estado, que poderia com esse recurso estar investindo em obras e serviços e melhoria do nosso Estado? – até porque quem contribui com esses 20 bilhões são todos os brasileiros, todos os paulistas, quero dizer, todos os paulistas, não apenas os que estão aposentados e recebendo. É uma maneira de fazer justiça para aquele que, muitas vezes desempregado, contribui com impostos no estado de São Paulo e o recurso não vai para o serviço, para obras, para o município por conta de dívidas que o Estado tem.

E também quero fazer uma consideração, Sr. Secretário, com relação à queda da participação da indústria no ICMS. Isso me assustou muito, eu não tinha me atentado, deputados, e nem analisado esse fato. Desde 1996, que estão aqui os dados, vem reduzindo a indústria. A indústria representava mais de 53% do índice que compõe o ICMS, deputado. E vem caindo, caindo, e estamos hoje em 33%. Acredito, como o senhor anunciou aqui, várias medidas estão sendo tomadas – e realmente devem ser tomadas.

Eu vejo que às vezes redução de alíquota não é renúncia de receita nesse sentido, deputados, porque 15, 12 ou 10% de zero é zero. Agora, se tiver 2% ou 1% de alguma coisa que a gente consiga manter ou atrair para o estado de São Paulo, sempre é alguma coisa. Então eu avalio que é uma questão importante. Acredito que as medidas foram

acertadas no sentido de segurar essas grandes montadoras aqui no Estado. Mas penso que a sua equipe, preparada que é, secretário, já deve ter algumas outras medidas a serem tomadas.

E por último, Sr. Secretário, para não ser cansativo e também preservar o tempo dos colegas, eu gostaria aqui de – na verdade não é nem fazer uma pergunta e nem uma consideração, é fazer aqui um pedido para V. Exa. e a sua equipe. Nós temos aqui no estado de São Paulo a Lei 12.799/2008, que é a lei que criou o Cadin – o Cadastro das empresas, prefeituras que têm algum débito negativado com o Estado. E isso, Sr. Secretário, tem prejudicado muitos municípios, aqueles que não têm mais como resolver amigavelmente ou pagar essa dívida ou negociar com a receita ou com a estatal que deve, porque isso já transitou em julgado e virou um precatório.

E o precatório entra numa ordem, como os senhores sabem, que as prefeituras ou as empresas não podem – empresas municipais ou estatais –, não podem quebrar, têm de esperar chegar. Então eu estou propondo aqui na Casa uma emenda onde, nesses casos específicos – não beneficiando caloteiro –, mas no caso específico onde o agente público não tem mais o que fazer para poder pagar e negociar, o Cadin seja, nesse caso, suspenso, porque já está garantido o recebimento através de um precatório. Então não vai ter calote da dívida, porque todos os meses – como o senhor já esteve no Ministério sabe que –, constitucionalmente um percentual da arrecadação dos municípios é depositado judicialmente para ir pagando gradativamente esses precatórios.

Então eu gostaria aqui que a sua equipe analisasse, o senhor analisasse, e ter o apoio do senhor no sentido de a gente aprovar, porque muitas das emendas dos deputados às vezes barram, deputada Carla, por conta de situações como essa que impede os municípios de receberem essa verba. E os municípios, como o senhor sabe, não estão diferentes do Estado, com situação muito difícil. E uma emenda parlamentar, deputado Alex, ajuda muito na Saúde – como até o deputado Wellington Moura colocou aqui que ele fez uma emenda para um hospital e acabou não acontecendo.

Então gostaria que, além das considerações, se o senhor pudesse comentar e corrigir a minha fala se tiver alguma falha, mas também que a sua equipe, o senhor, pudessem analisar essa emenda a essa lei do Cadin, para fazer justiça ao povo dos municípios que pagam seus impostos, mas, na hora de receber, por uma dívida que não têm como resolver a não ser esperar a ordem cronológica, que eles possam continuar assinando convênios e recebendo verbas e recursos do Estado. Meu muito obrigado. Era isso no momento.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Secretário.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado, deputado. Vamos agora, começando pela dívida e já vindo para 2019, conforme a sua pergunta.

De fato, em 2018 a dívida era consolidada líquida de 253.780, e ela passou agora para 269.850, então de fato houve o crescimento aí principalmente no segundo e terceiro quadrimestre de 2018 e que foi a situação em que chegamos nesse momento. Ainda está em nível bastante aceitável, ainda longe do limite, na medida em que passa de 1,629 para 1,674, portanto, de fato está ainda bem sintonizado, mas evidentemente que nós precisamos tomar medidas, como estamos, visando a aumentar arrecadação etc., como estamos fazendo, não só com o aumento de fiscalização, mas principalmente com medidas tipo IncentivAuto e outras que vão gerar na realidade um aumento da arrecadação, seja direta, seja indireta pelo aumento da atividade econômica, aumento do emprego etc. Então tudo isso vai gerar de fato um aumento da arrecadação, o que vai fazer com que as ações preventivas vão fazer, evidentemente, com que o déficit orçamentário seja extinguido; e a médio prazo isso permita, evidentemente, que a dívida comece a cair em termos reais.

É importante mencionar, no entanto, aquilo que eu disse, de que o período de carência daquela renegociação da dívida, que inclusive eu tive a condução disso em 2016, quando eu fiz a renegociação das dívidas dos estados, que estava parado desde 1997 num impasse, e foi positivo porque deu uma carência e juros mais baixos durante dois anos, mas que foi exatamente até o meio de 2018. Então, de fato, a partir do segundo semestre 2018 já hoje aqui um certo aumento.

Então a razão, o motivo, a maneira de enfrentar isso é exatamente a maneira que estamos fazendo, que é medidas que visem a aumentar a arrecadação do Estado e em consequência que façam o equilíbrio orçamentário e que gerem, portanto, não só estabilização, mas depois uma queda relativa à receita líquida do total da dívida.

Passando à segunda pergunta da Previdência estadual, não há dúvida de que o aumento das contribuições é importante em alguns casos, mas é sempre um problema nós aumentarmos, para a Economia, para a população, aumentarmos contribuições, porque isso tem um impacto na geração de emprego, um impacto importante na atividade econômica geral. Portanto, é importante nós trabalharmos no controle das despesas porque – aqui o que tem acontecido uma coisa muito importante – eu analisei

bastante isso, no caso de São Paulo é similar, mas eu estudei muito isso quando eu estava no Ministério da Fazenda e apresentamos o projeto da reforma da Previdência a primeira vez, mas a ideia é o seguinte. Para você ter uma ideia, a despesa previdenciária como percentagem do Produto Interno Brasileiro, essa despesa é muito próxima do Japão, por exemplo. No entanto, a população japonesa tem uma idade média muito maior do que a brasileira. Portanto, um número de aposentados muito maior.

O que significa que a aposentadoria brasileira ela tende de fato a aposentar as pessoas mais cedo do que a expectativa de vida, porque a expectativa de vida dos brasileiros está aumentando bastante, o tempo de aposentadoria na realidade é mais baixo. Com aquela perversidade de que os mais pobres aposentam mais tarde, homens com 65 anos de idade porque não conseguem contribuir por 35 anos ininterruptos como determina a Constituição atual. E quem ganha mais, aqueles que tem a oportunidade de fazer os 35 anos de contribuição ganham a oportunidade, portanto, de se aposentar com 52, 53. No caso do Serviço Público federal no passado, antes da primeira reforma feita lá em 2003, tinha caso de gente aposentado com 47 etc., que era de fato um problema.

Então, nós temos que enfrentar isso, defendemos que a Previdência do regime próprio estadual, os regimes próprios estaduais sejam incluídos no federal, se não for nós estaremos aqui discutindo isso com os senhores, a reforma da Previdência do Estado, e traremos aqui todas as informações, toda a transparência possível, mas evidentemente a decisão vai caber a esta Casa.

Em relação à queda da indústria no ICMS, sim, eu concordo, isso é uma situação que eu diria impactante e preocupante. Isto é resultado de duas coisas. Primeiro, uma perda de participação da indústria paulista na indústria nacional, isso ocorreu, sim, e estamos revertendo agora esse processo com todas as medidas que temos tomado, visa exatamente recuperar toda a competitividade da indústria paulista, e, mais importante, a perda de participação da indústria brasileira em relação à indústria global, particularmente países asiáticos, seja a China, seja a Coreia do Sul, seja a Índia etc.

Então, nós temos que recuperar isso. Por exemplo, no caso de algumas montadoras, algumas empresas que trabalhamos, e eu, inclusive, trabalhei intensamente e pessoalmente, negociando com eles para ficarem participando de conversas com fornecedores, com revendedores etc., e felizmente deu certo, mas a decisão que está sendo tomada não era uma decisão entre o estado de São Paulo e um outro Estado, era a decisão entre o estado de São Paulo e outro país. Por exemplo, a companhia muitas

vezes decide ir para a Coreia do Sul ou ir para o México que são competidores mais diretos aqui do Brasil, ou até outros países mesmo.

Então, é muito importante que nós possamos recuperar a participação da indústria brasileira na indústria global, em primeiro lugar, e depois da indústria paulista, que é fundamental, apesar de que é também muito bem-vindo o aumento da contribuição dos serviços, da prestação de serviço. São Paulo é um grande centro financeiro e isso evidentemente contribui, São Paulo também é um grande centro comercial. E toda a prestação de serviço, sejam serviços jurídicos, médicos, contábeis etc., tudo isso que São Paulo cada vez mais se configura e consolida-se como um centro de prestação de serviços. Pessoas do Brasil inteiro vem aqui se tratar, ou consultar, ou fazer ou comprar. Isso é positivo, isso tem contribuído, é um dado positivo. Mas não há dúvida de que a participação da indústria é fundamental.

Em relação projeto, ao seu Projeto de lei, vamos – que o senhor mencionou, ou a lei que o senhor mencionou 2.799/2008 –, vamos olhar isso aqui com toda a atenção e certamente será objeto de prioridade nossa de fazer a análise e a ação concreta. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Com a palavra o deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Cumprimentar o Sr. Presidente, Srs. Deputados – saudade desta Comissão aqui que eu pertencia. Cumprimentar todos os assessores e cumprimentar o secretário Meirelles e falar que estou com saudade da época que o senhor era presidente do Banco Central e o Lula era presidente do Brasil. Tempos bons, pleno emprego, e o povo vivia feliz.

Sr. Presidente, eu queria fazer um registro, mesmo porque eu fui desta Comissão, para a gente tentar corrigir esse problema aqui na nossa Assembleia Legislativa, que o senhor como presidente, junto com os outros, porque nós estamos aqui hoje para ouvir o secretário a respeito do primeiro quadrimestre de 2018, ou seja, de janeiro a abril de 2018. Um negócio até ridículo, não é? Totalmente ultrapassado.

Bom seria se a gente estivesse aqui discutindo o primeiro quadrimestre de 2019, procurando saídas, soluções para resolver esse problema de desemprego no Brasil e no estado de São Paulo – só para vocês terem uma ideia, com o dado aqui, a quantidade, de 3,7 milhões de desempregados no estado de São Paulo, e 1,8, ou próximo disso, só na

Região Metropolitana. Então a gente precisava estar discutindo, e eu acho que V. Exa. pode fazer muito bem isso, da gente atualizar um pouco, até mesmo porque a gente percebe que as intervenções começam a falar da realidade atual, e não lá do primeiro quadrimestre de 2018. Acho que o senhor pode fazer muito bem.

Mas eu queria fazer quatro perguntas bem objetivas para eu valorizar os meus dez minutos que tenho direito. O Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Vossa Excelência tem cinco minutos.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Já me tirou cinco? Não é possível, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB – Vossa Excelência não abrilhanta mais a Comissão em questão dos dez minutos, só dos cinco agora, deputado.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Secretário, o Ministério Público do Tribunal de Contas apontou falhas no cumprimento das disposições da Emenda Constitucional 99, que determinou o pagamento do estoque de precatórios até 2024. Mantido o atual ritmo de pagamento com precatórios, o estoque não seria zerado em 2024 e haveria um valor a ser pago de 4,24 bilhões por ano ou 25,4 bilhões em seis anos.

Dessa forma, o Governo do Estado estaria descumprindo preceitos constitucionais – isso é crime de responsabilidade. Quais as medidas o Governo pretende tomar para que esse cenário não se materialize? Quanto de recurso de depósitos judiciais está sendo e será usado nos próximos anos para o pagamento de precatórios? Quais os cortes de despesas serão necessários para que se cumpra o que determina a Emenda constitucional 99? Quando a gente fala de precatórios são desapropriações, indenizações do funcionalismo público, que mexem com a vida das pessoas.

Outra pergunta é a respeito do contingenciamento – que todo mundo sabe que isso significa na verdade corte. Em 2018, o contingenciamento foi de 4,75 bilhões e, para este ano, esse valor chega a 5,97 bilhões – ou seja, um crescimento de 25% ou

quase 1,2 bilhão. Quais as causas dessa elevação do contingenciamento? Vou citar duas áreas que são muito sensíveis à população, principalmente a população mais pobre, desempregada ou de renda mais baixa, que é a Habitação. Entre as áreas afetadas, a Habitação teve 41% dos recursos atingidos – 695 milhões. E na Secretaria de Logística e Transporte, outra área bastante sensível, 665 milhões. Só para se ter uma ideia aqui, congela 26,5% ou 110 milhões de recursos para duplicações, implantações, recuperação de rodovias.

Ainda contingenciou 16 milhões para a extensão da Linha 9-Esmeralda até a região do Varginha – fiz questão de colocar isso, porque é a região em que eu moro –, a linha da CPTM. E para a modernização das linhas 7 a 12 da CPTM o congelamento é de 46%. Eu estou falando, porque todo dia – você pode ligar o rádio, ler jornais e assistir televisão –, todo dia nós temos problemas no Transporte, tanto de ônibus e principalmente na CPTM, que é o que transporta mais gente aqui no estado de São Paulo. Então é uma preocupação e uma coisa que atinge muito a população.

A outra pergunta é sobre empréstimos. Em 2018 o Governo pretendia arrecadar 4,46 bilhões com operações de crédito de bancos públicos federais. Porém, o valor arrecadado foi de 2,28 bilhões – 2,17 bilhões a menos, 49% a menos. O secretário poderia apontar quais as causas desse resultado tão fraco com o empréstimo? O estado de São Paulo é um estado poderoso, o maior Estado da União.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Para concluir, deputado. Passou o tempo de Vossa Excelência.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Por favor, concluindo. Falta – e hoje o senhor está em uma função importante aqui do estado de São Paulo, esse Estado poderoso –, falta empenho dos governos e autoridades paulistas para a gente conseguir esses empréstimos? Todos eles aprovados aqui na Assembleia Legislativa e o dinheiro não chega para os investimentos aqui no estado de São Paulo.

E, por último, queria reforçar o que os nossos companheiros aqui já colocaram sobre o pagamento das emendas impositivas. Não é para defender emendas de nós deputados. Por que a gente defende e aprova as emendas impositivas? Porque é um dinheiro que chega na ponta, chega lá no fundão do estado de São Paulo: nas Santas Casa, nas Apaes, nos municípios pequenos que não conseguem falar com o secretário – o máximo que eles conseguem é falar com o deputado estadual e o deputado atende esse

tipo de pedido. Infelizmente 2018 está muito atrasado, e 2019 ainda não começou a ser pago. Então qual a previsão de atender às emendas impositivas, emendas propostas pelos deputados desta Casa? Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Obrigado, deputado Enio Tatto. Secretário.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado. Vamos começar, eu vou começar pela sua segunda pergunta, depois nós vamos na questão da Emenda constitucional com precatórios até 2024. Vamos começar diretamente com a questão do aumento do contingenciamento de 4,75 para cinco 5,90, a razão disso. A razão disso é muito simples. Na situação que recebemos existia aí um número constante no orçamento de 2019 de dez bilhões e 400 milhões de reais de receita que consideramos incertas – receitas de privatização, venda de ativos ou mesmo securitização de royalties e uma série de coisas – e que, portanto, não poderíamos correr o risco de deixar uma situação onde o Estado viesse a ficar na situação de alguns estados brasileiros, de ficar sem caixa, deixando de cumprir ações fundamentais.

Eu já vivenciei isso quando lidei com a situação de outros estados, quando eu estava na função federal, onde eu vi estados que não tinham condição de pagar policial, pagar professor, situação dramática. São Paulo está longe disso e não vai chegar. Mas é o Estado que, inclusive, tem condições financeiras melhores hoje, além de ser o mais poderoso, como coloca o deputado. Agora, o fato concreto é que, fazendo as contas – e aí a matemática não aceita negociação –, nós temos aí uma situação onde existia esse déficit orçamentário de 10,4, resultado de receitas incertas. Por aí ocorreram a nós considerarmos algumas delas improváveis.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Me permita, Sr. Secretário, só para ajudar. Então significa que o Orçamento que nós aprovamos, que o relator foi o deputado Marco Vinholi que hoje é secretário, nós erramos na aprovação do Orçamento? Foi mal...

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Não, olha, o Orçamento custeava uma série de receitas que poderão até ser concretizadas, mas que são incertas. Essa é a realidade. Se isso é um erro ou um acerto, o senhor tem muito mais experiência

parlamentar do que eu. Aliás, eu não tenho nenhuma – eu fui eleito deputado federal, mas não cheguei a assumir o mandato, porque o presidente Lula na época me convidou para aceitar o Banco Central e eu fui, fiquei os oito anos lá. Então, de qualquer maneira, nunca exerci, tive a oportunidade e a honra de exercer o mandato.

Mas, de qualquer maneira, o fato concreto é que, seja pela evolução da situação econômica, seja pela razão que for, o fato concreto é: são receitas de fato incertas – por exemplo, questão de privatização de companhias etc., que são dados de difícil previsão. Portanto, foi uma medida de prudência e está se configurando como necessária. Agora, o porquê que houve essa solução, evidentemente a principal causa é a questão da evolução das despesas previdenciárias, porque essa é implacável. Essa vai subindo, subindo e, como foi inclusive discutido aqui, uma parte do Tesouro já está em praticamente 20 bilhões de reais. Então, isso é algo que vai subindo. Todo ano isso vai apertando, e isso em si já é uma razão importante para exatamente chegarmos a esse tipo de situação, porque a despesa com ativos, inclusive proporcionalmente, caiu até em relação aos inativos, mas também tem o crescimento normal. Mas o crescimento maior é das despesas com os inativos.

Agora, o importante é que nós estamos tomando aí toda uma série de medidas visando aumentar a arrecadação nos exercícios futuros – coisas como os polos industriais e etc. – que visam a aumentar a atividade econômica no Estado, recuperar a atividade industrial no Estado e a participação da Indústria na arrecadação e no País, do Brasil e no mundo. E em consequência nós temos aí uma recuperação da receita, além das medidas todas de fiscalização etc. que estão em andamento. Então são essas as medidas que, em última análise, devem e podem ser tomadas para que isso não ocorra no futuro, a necessidade desse contingenciamento.

Sou totalmente solidário com a sua preocupação com as áreas contingenciadas. Não há dúvida. Eu vivo isso todo dia, estamos lá conversando com cada secretaria, com cada situação e estamos vivendo lá, vivenciando essa situação que o senhor descreve todo dia. Mas o fato concreto é que o Estado não pode gerar recursos que não sejam aqueles previstos dentro das leis da Constituição etc. – não temos capacidade de imprimir recursos, obviamente.

Em relação à questão da Habitação que o senhor mencionou, do Transporte, tudo isso é resultado do que estamos fazendo, vendo, que é o fato de que foram preservados alguns setores – foram preservados Educação, Saúde e Segurança, e depois algumas

partes importantes da Cultura –, mas o restante, infelizmente, teve que ser contingenciado, mesmo porque alguém tinha que realmente participar do processo.

A questão dos empréstimos: por que foi menos do que aquilo que poderiam ou que estavam sendo previstos no governo anterior? O que eu posso dizer é que houve de fato um certo contingenciamento maior dos bancos federais – o BNDES, por exemplo, que tinha tido uma expansão muito grande, desproporcional à capacidade da instituição, e a capacidade de financiamento do próprio Tesouro nacional – para se ter uma ideia, o Tesouro Nacional tinha emprestado quase 500 bilhões de reais ao BNDES, que tinha um déficit orçamentário enorme em função disso. Então é isso insustentável. Ontem mesmo conversando lá na reunião de governadores, lá no Rio Grande do Sul, conversando com o presidente do BNDES atual, discutindo exatamente essa situação, a questão de aperto do Banco.

Em dito isso, nós estamos trabalhando intensamente. Fizemos uma chamada pública recente sobre, para exatamente um empréstimo aí de 900 milhões de reais para a Rodovia dos Tamoios, e pretendemos prosseguir. Então isso aí está indo muito bem, e aí foram chamadas todas as instituições, não foi apenas uma outra, todas do funcionamento público. O Banco do Brasil ganhou, e estamos aí de tratativas aceleradas para a tomada desses 900 milhões de reais do Banco do Brasil para a finalização da Rodovia dos Tamoios.

Em relação, por exemplo, à questão do petróleo, dos royalties de petróleo – securitização dos royalties de petróleo, que estava numa parte dessas receitas que consideramos incertas, mas não está na parcela contingenciada, é da parcela que não foi contingenciada – achamos que de uma maneira ou de outra iremos conseguir gerar esse recurso. No caso, inclusive, da securitização, de fato eu tenho conversado intensamente nisso, temos um grupo de trabalho que está intensamente envolvido nisso. Eu próprio estive reunido aí com investidores na Semana do Brasil, inclusive, no exterior e tenho grande confiança a essa altura que teremos condições de levantar um pouco mais de quatro bilhões de reais nesse segundo semestre deste ano apenas com a securitização de royalties.

Então, o que posso lhe assegurar é que esses números vão se reverter fortemente, isto é, o Estado de São Paulo está agindo forte não só com bancos nacionais e oficiais mas com chamamento público, com abertura a todas as instituições – no caso da Tamoios, como eu mencionei, ganhou o Banco do Brasil; no caso dos royalties vamos

abrir a todas as instituições, o Banco do Brasil está participando, vamos abrir para todas as instituições, e vamos concluir, e só isso aí serão mais de quatro bilhões de reais.

Em relação às emendas impositivas, não há dúvida de que a ideia é cumprir. Vamos fazer todo o trabalho, estamos colaborando aí com outras áreas do Governo exatamente para aquilo que tiver problema e que precisar ser completada a informação ou tiver algum tipo de coisa. Dentro do prazo regulamentar de 90 dias certamente isso será apresentado devidamente com a justificativa. Estamos trabalhando intensamente nisso. De novo, não é uma área totalmente da Fazenda – aliás, muito pelo contrário –, mas estamos prestando toda a ajuda possível, visando que isso seja cumprido.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Secretário, só uma observação. Os 90 dias foram de 2018, não os 90 dias de 2019. É mais para deixar registrado também, porque eu sei que V. Exa. não estava na época.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Não, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Mas como nós estamos prestando contas disso, é de 2018, e não de 2019.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Com certeza. O que eu quero dizer é que os prazos regulamentares de 2019 serão cumpridos.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Eu usei a sua observação de 2018 como exemplo. O prazo será cumprido agora, em 2019. Em relação à questão dos precatórios, o Roberto vai fazer aqui uma observação a respeito, porque ele está exatamente tratando desse assunto.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Só deixar registrado, nós entramos na Ordem do Dia. Nós vamos ouvir – estou até retirando as inscrições, infelizmente, devido a nós termos entrado. O deputado Barros Munhoz pediu uma comunicação, depois nós vamos dar. Deixar avisado. Mas só deixar avisado, secretário, que nós vamos ouvir agora formalmente só então... vamos encerrar as

inscrições. Infelizmente não poderemos dar continuidade nelas, mas se o deputado quiser fazer uma...

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, presidente. Eu pediria que pedisse para suspender o Plenário. Perder essa grande oportunidade de ter o Meirelles aqui, isso é demais.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Mas entrou na Ordem do Dia, deputado Enio Tatto. No momento em que o presidente fala “Ordem do Dia”, esse parlamentar não tem como dar continuidade à Comissão de forma formalmente. Por gentileza, só para concluir de forma formal.

O SR. ROBERTO - Recentemente nós tivemos aprovado o plano de pagamentos junto ao Tribunal de Justiça do ano de 2019 e evidentemente nós vamos ter que reapresentar esse plano em 2020, mas a intenção é pagar de fato. Estamos esse ano especificamente, estamos no segundo ano das restrições dadas impostas pela renegociação da dívida, que definiu um teto de gastos, e isso inclui também o pagamento de precatórios, e a partir do ano que vem isso já estará liberado. Portanto, ano que vem nós deveremos captar os recursos, os depósitos judiciais de natureza privada que vão alavancar e muito a possibilidade de pagamento.

Além disso, a proposta evidentemente é pagar a quitação de precatórios até 2024, mas também prevendo a possibilidade da captação de recursos da operação de crédito, está prevista na própria Emenda constitucional, que infelizmente ainda não está viabilizada, mas a ideia é que o Estado de alguma forma faça essa captação e quite os precatórios dentro do prazo. Então, basicamente é isso que a gente tem posicionado. E estamos pagando normalmente dentro do que foi acordado com o Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Deixar registrada a presença do deputado Aprígio, que também abrilhanta sempre esta Comissão, e o deputado Delegado Olim. Deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Logo em seguida o deputado Daniel José.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, não.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Para fazer uma... não?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É só para ser mencionado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Ah, o deputado Daniel José. A presença do deputado Daniel José.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu sou pequeno, mas também não sou invisível, deputado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Registrado. Obrigado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, eu agradeço a deferência de permitir a minha manifestação, eu queria dizer rapidamente ao Sr. Ministro Meirelles que o senhor honra esta Casa com sua presença aqui hoje, porque o senhor é um dos mais brilhantes economistas deste País, na história deste País, mas, mais do que isso, o senhor é um exemplo de homem público. Porque o senhor foi eleito pelo PSDB, o senhor serviu durante oito anos um governo do PT, e o senhor serviu um governo do PMDB, mas o senhor serviu, acima de tudo, a pátria brasileira. O senhor fez o que todo político deveria fazer, o que todo administrador público devia fazer. E agora o senhor vem servir o nosso querido estado de São Paulo.

Por isso eu quero externar o meu respeito, a minha admiração e a minha confiança no seu trabalho. E parabenizar o governador João Dória por tão feliz iniciativa de escolher V. Exa. como nosso secretário. Parabenizar pela extraordinária equipe que o senhor tem o assessorando, e rapidamente dizer o seguinte: esta Casa, ministro, conseguiu extinguir o Ipesp e criar a SPPREV, algo tido como impossível de ser feito, mais do que a reforma da Previdência de hoje.

Nós conseguimos nesta Casa criar a Prevcom, SP Prevcom. Hoje, em São Paulo, pouca gente talvez saiba, todo servidor que entra só pode se aposentar com o teto do INSS. Acima disso, se ele quiser se aposentar, ele tem que fazer o regime de capitalização que o ministro Paulo Guedes está enfrentando tanta dificuldade para criar.

Então, esta Casa merece o respeito e o cumprimento por tal comportamento de todo o Brasil, tomara a Deus que o Brasil imite a Assembleia Legislativa de São Paulo nesse sentido, foi no governo Serra e foi no governo Alckmin. Mas eu queria fazer uma sugestão, já estive com o Gustavo, extraordinário assessor de Vossa Excelência. Quando líder do Governo e quando presidente da Casa, eu disse ao governador Serra e disse ao governador Alckmin: o secretário atual é fantástico, só que ele tem uma fome de arrecadação que é muito boa a curto prazo, mas que é ruim e catastrófica a médio e a longo prazo, ele implantou a substituição tributária em tudo quanto é setor. Isso está asfixiando a economia paulista, isso está provocando em algumas áreas o pagamento muito superior ao devido. O senhor sabe disso, eu sei.

Então seria dizer o seguinte, vamos começar a eliminar a substituição tributária, secretário, que também é uma causa de evasão de indústrias para os estados circunvizinhos, que não têm substituição tributária como São Paulo tem. Eu acho que facilitou a arrecadação, mas dificultou o desenvolvimento do Estado e foi penoso para setores importantes. É uma sugestão que eu deixo, acompanhada do meu respeito, da minha admiração, que eu tenho certeza que é da esmagadora maioria do povo de São Paulo e do povo brasileiro a Vossa Excelência.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado. Muito obrigado a todas as suas palavras, aos elogios, como também aos demais.

Eu gostaria de registrar essa questão da substituição. Nós estamos inclusive trabalhando nisso, exatamente na avaliação da substituição tributária, é inclusive uma das propostas que apresentamos aos demais estados do Sul-Sudeste na reunião do Cosud lá no Rio Grande do Sul, já tivemos uma ação muito interessante, a primeira em Minas, a segunda em São Paulo, com o Rio Grande do Sul, a próxima no Espírito Santo, depois Santa Catarina.

A cada dois meses nós vamos prosseguir nisso, e certamente vamos conseguir uma maneira de ter a melhor racionalidade econômica possível, porque, como eu digo sempre, a finalidade última de qualquer política econômica é o crescimento econômico, é a geração de emprego – foi mencionado inclusive aqui o grande número de

desempregados do estado de São Paulo, Brasil, inclusive da Região Metropolitana. Então nós estamos trabalhando, essa é a finalidade do Brasil como um todo. Essa é a finalidade última da política econômica e o serviço público também a ser prestado pelo Estado porque é diretamente dependente da atividade econômica. Portanto, estamos trabalhando nisso e certamente vamos agir conjuntos, o senhor mencionou a questão dos outros estados, tem razão, é importante ser algo feito em conjunto e por isso é que estamos trabalhando com os demais estados da região Sul-Sudeste e tão logo tenhamos novidades estaremos aqui apresentando.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Secretário, só para deixar registrado aqui e em relação até a LDO de 2020, nós estamos indicando a partir de agora – deixar registrado para todos também, os deputados possam estar cientes – o relator será o Alex da Madureira, está aqui presente, será o relator da LDO, e acreditamos também na capacidade, na competência, na transparência dos deputados, para que possam melhorar, sem dúvida, o nosso estado de São Paulo.

E, secretário, agradecer a presença de Vossa Excelência, sem dúvida abrilhantou, trouxe grandes esclarecimentos aqui a todos os deputados que fizeram perguntas, alguns V. Exa. trará também em relação, principalmente as emendas impositivas que é algo que todos os deputados estão com essa vontade de saber. Mas agradeço, sem dúvida, por saber que é uma pessoa capacitada que está hoje na Secretaria do Planejamento e da Fazenda. Parabéns, secretário.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrado esse trabalho.

* * *

- É encerrada a reunião.

* * *